



RELATÓRIO DE GESTÃO  
CONSOLIDADO  
BIAL HOLDING, S.A.  
2023

## ÍNDICE

MISSÃO, VISÃO & VALORES | 7

RECURSOS HUMANOS | 7

BIAL NO MUNDO | 8

INDICADORES CHAVE | 10

1. COMPOSIÇÃO DO GRUPO BIAL | 11

2. ATIVIDADE DO GRUPO BIAL | 12

3. INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO | 14

4. SITUAÇÃO ECONÓMICO E FINANCEIRA | 18

5. SUSTENTABILIDADE & PRINCÍPIOS ESG | 23

6. FACTOS SUBSEQUENTES A 2023.12.31 | 27

7. PERSPETIVAS PARA 2024 | 28

8. ANEXOS | 30

I. BALANÇO ANALÍTICO | 32

II. DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS | 35

III. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO | 36

IV. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | 38

V. ANEXO CONSOLIDADO | 41

1. Introdução | 41

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras | 41

3. Principais políticas contabilísticas | 41

4. Fluxos de Caixa | 71

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros | 72

6. Empresas incluídas na consolidação | 72

7. Empresas excluídas de consolidação integral | 72

8. Goodwill | 72

9. Alteração das empresas incluídas na consolidação | 73

10. Imposto sobre lucros | 73

11. Clientes | 76

12. Investimentos | 78

13. Ativos em poder de terceiros | 83

14. Outras créditos a receber e outras dívidas a pagar | 84

15. Estado e outros entes públicos | 85

16. Diferimentos e acréscimos | 85

17. Financiamentos obtidos | 86

18. Fornecedores de investimentos | 87

19. Provisões e Imparidades | 87

20. Vendas e serviços prestados | 88

21. Subsídios à exploração | 88

22. Demonstração do custo das mercadorias e das matérias consumidas | 89

23. Fornecimentos e serviços externos | 89

24. Gastos com o pessoal | 90

25. Imparidades, reduções de justo valor, provisões e reversões | 92

26. Outros rendimentos | 92

27. Outros gastos | 93

28. Juros e rendimentos/gastos similares | 94

29. Crédito fiscal à investigação e desenvolvimento | 94

30. Investimentos em investigação e desenvolvimento | 95

31. Locações operacionais | 95

32. Risco Financeiro | 95

33. Qualidade e Ambiente | 98

34. Garantias prestadas | 100

35. Acontecimentos após a data do balanço | 101

36. Divulgações exigidas por diplomas legais | 101

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS | 102

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL | 104



## MISSÃO, VISÃO & VALORES

BIAL é uma empresa farmacêutica de inovação. Dedicados à investigação, desenvolvimento e comercialização de medicamentos, estamos empenhados em contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas em todo o mundo.

**A Missão de BIAL é encontrar, desenvolver e fornecer soluções terapêuticas na área da Saúde.**

Tendo como linhas estratégicas a qualidade, a investigação e desenvolvimento e a internacionalização, somos motivados pela **Visão** que nos inspira:

**Ser uma empresa de dimensão internacional baseada em medicamentos inovadores próprios.**

Os **Valores** que nos orientam refletem a nossa identidade:

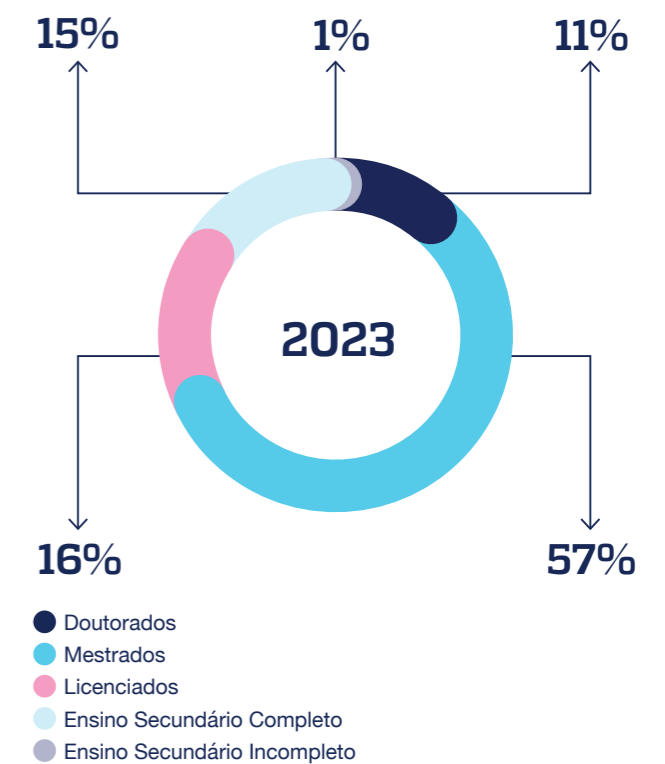
- **Ao Serviço da Saúde**
- **Aposta na Qualidade e na Inovação**
- **Excelência da investigação científica**
- **Integridade e elevados padrões de ética**
- **Rigor, responsabilidade e trabalho em equipa**
- **Respeito pelos valores universais**

## RECURSOS HUMANOS

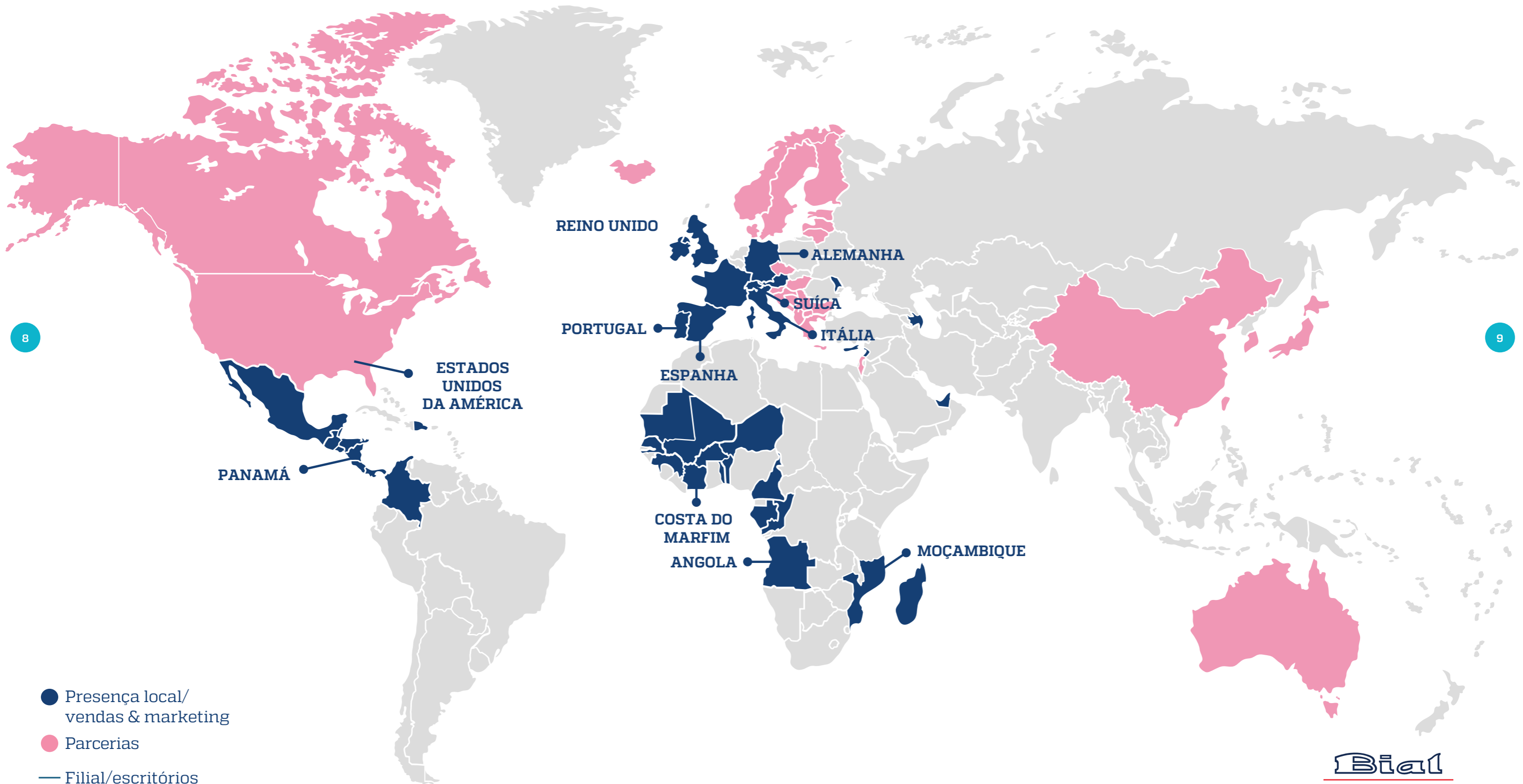
### Distribuição por género



### Habilitações literárias



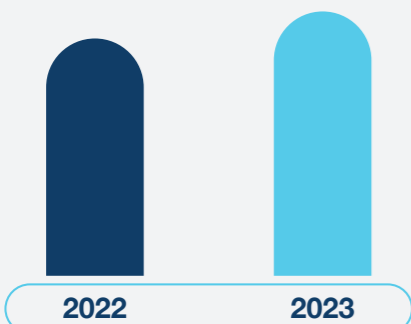
## BIAL NO MUNDO



## INDICADORES CHAVE

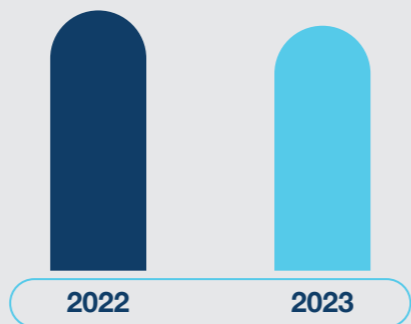
### Volume de Negócios

302.9 M€ 337.4 M€



### Investimento em I&D

61.2 M€ 57.6 M€



### Recursos Humanos Grupo

782 colaboradores



### Internacionalização

74% vendas fora de Portugal



### Principais Áreas Terapêuticas

- Sistema Nervoso Central
- Antidiabéticos
- Sistema Respiratório
- Área Cardiovascular
- Sistema Músculo-esquelético
- Antianémicos
- Antibióticos

## 1. COMPOSIÇÃO DO GRUPO BIAL

O Grupo BIAL, cuja empresa mãe é BIAL Holding S.A., em 2023.12.31 era composto por dezasete empresas, dez das quais com sede no estrangeiro, e um escritório de representação na Costa do Marfim. Em 2023 não houve alteração na sua composição e das participações, quer da BIAL Holding, quer dos acionistas individuais.

Em Portugal, a BIAL Holding, S.A. tem participações de 100% em seis empresas (BIAL - Portela & C<sup>a</sup>, S.A., MediBIAL - Produtos Médicos e Farmacêuticos S.A., BIALport - Produtos Farmacêuticos S.A., InterBIAL - Produtos Farmacêuticos, S.A., BIAL - Consumer Health S.A. e BIAL - R&D Investments S.A.). Esta última empresa foi constituída em junho de 2020, com um capital social de € 8.0M, com sede na Trofa, e tem como atividade a realização e gestão de projetos de investigação com o objetivo de descobrir novos medicamentos para uso humano.

Em Espanha, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 99.94% no capital de Laboratorios BIAL, S.A.

Na Alemanha, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 100% no capital de BIAL Deutschland GmbH.

No Reino Unido, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 100% no capital de BIAL Pharma UK Limited.

Em Itália, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 100% do capital de BIAL Italia, S.r.l.

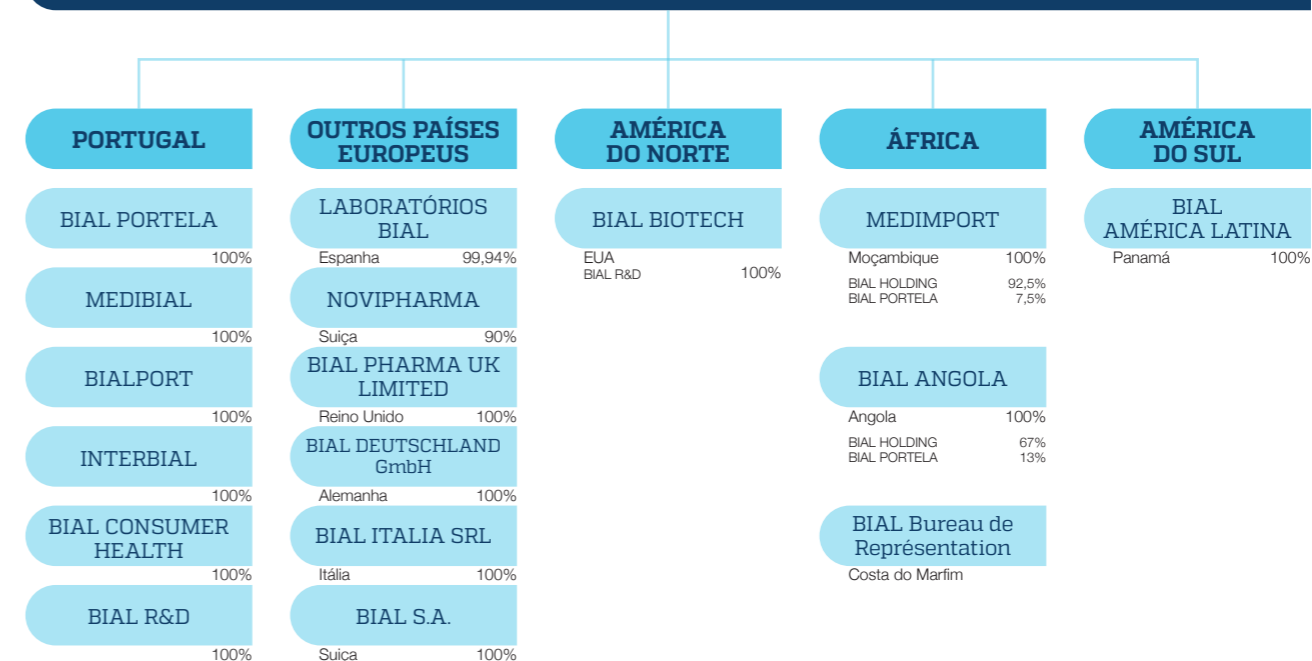
Em Angola, BIAL Holding, S.A. tem o controlo de 100% de BIAL Angola, S.A., 67% diretamente e 33% através de BIAL Portela & C<sup>a</sup>, S.A.

Em Moçambique, BIAL Holding, S.A. tem o controlo de 100% da Medimport - Importação, Exportação e Distribuição, Lda., 92,5% diretamente e 7,5% indiretamente através de BIAL - Portela & C<sup>a</sup>, S.A.

Na Suíça, BIAL Holding, S.A. tem uma participação direta de 90% na Novipharma S.A. e em 2018 foi criada a empresa BIAL S.A., participada a 100% pela BIAL Holding S.A..

Nos EUA, a BIAL Holding tem uma participação indireta de 100% na BIAL - Biotech Investments Inc., que é detida a 100% pela BIAL - R&D Investments

### BIAL HOLDING, S.A.



S.A.. A empresa, com escritórios em Cambridge – Boston, dedica-se a projetos de investigação biotecnológicos na área da doença de Parkinson e outras doenças degenerativas do sistema nervoso central.

No Panamá, BIAL Holding, S.A. tem uma participação direta de 100% na BIAL América Latina.

Na Costa do Marfim o Grupo BIAL está presente através de um escritório de representação.

## 2. ATIVIDADE do GRUPO BIAL

Em 2023 o volume de negócios consolidado foi de € 337.4M, um crescimento de 9% face a 2022, dos quais 91% correspondem a vendas e 9% a prestação de serviços. Em termos de mercados, Portugal representou 26% da faturação e 74% em ROW. Nas vendas de produtos Portugal representou 22% e em serviços 58%.

As vendas foram de € 307.0M, um crescimento de 4% face a 2022, sendo Zebinix \ Aptiom e Ongentys os dois produtos com maior faturação. Em conjunto representaram € 185.2M, isto é, 60% das vendas do Grupo e um crescimento de 12%. Zebinix \ Aptiom mantem-se como o medicamento com maior faturação, € 127.9M, +25% face a 2022, devido ao forte crescimento das vendas para os EUA e estabilização nos restantes mercados. O Ongentys faturou € 57.3M, -10% face a 2022, explicado pela redução de vendas nos EUA (alteração de empresa licenciada o que prejudicou a atividade comercial ao longo do ano) e a um ajustamento dos stocks no Japão, decréscimos que não foram integralmente compensados pelo crescimento das vendas na Europa.

Estes valores de faturação evidenciam de forma expressiva o valor terapêutico e económico da nossa I&D, para além obviamente da melhoria da qualidade de vida que proporcionam aos pacientes com epilepsia ou com doença de Parkinson.

Da restante gama, são de salientar as vendas dos novos antidiabéticos (Ebymect e Edistride) lançados em

2020 em Portugal e que já faturaram € 21.8M (+65% aa). O seu potencial de crescimento continua a ser elevado a médio prazo devido ao seu perfil terapêutico, reforçado com novas indicações terapêuticas, e ao crescente número de pacientes com diabetes.

Por área terapêutica, o Sistema Nervoso Central representou 60% das vendas, seguindo-se o Sistema Respiratório (10%), Sistema Digestivo e Metabólico (8%) e Sistema Cardiovascular (6%), valores similares aos de 2022.

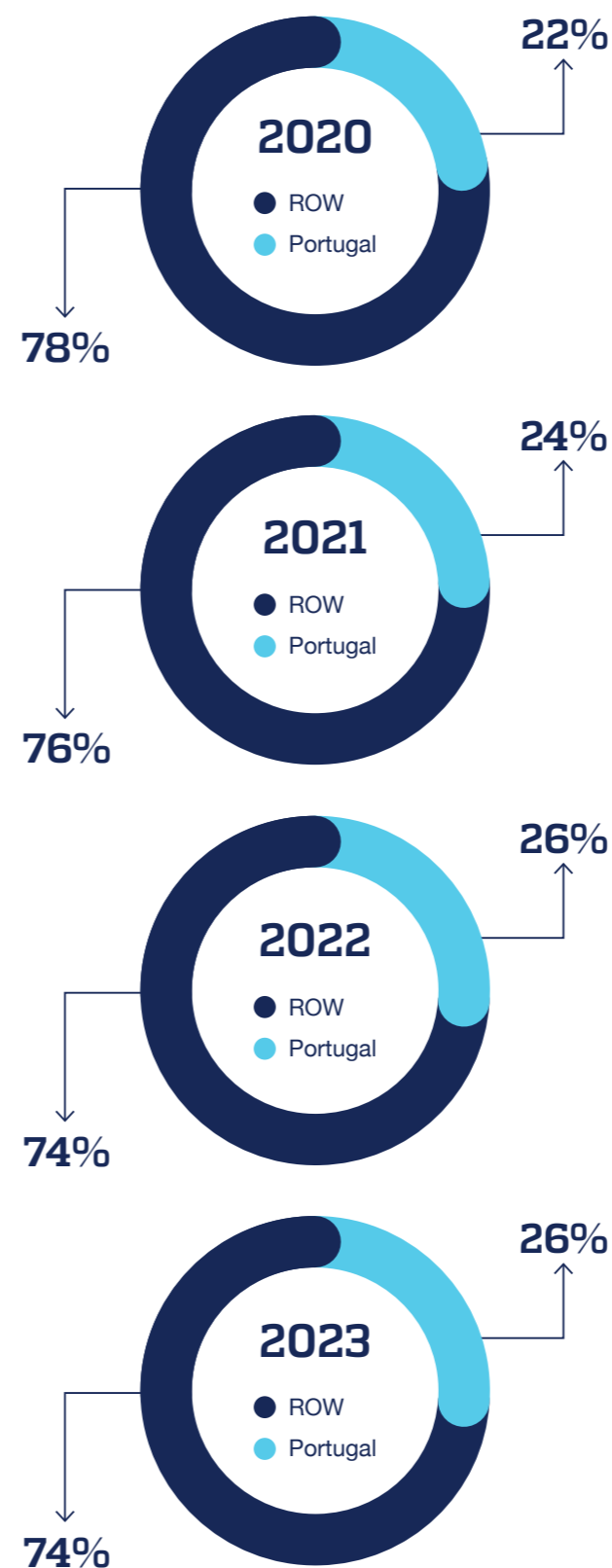
Por país, é de realçar Portugal e EUA com 26% cada um da faturação do Grupo, seguidos de Espanha com 24%, Alemanha (6%), e Itália (4%). Os cinco principais mercados representam 85% da faturação. A restante faturação é realizada em algumas dezenas de países da Europa, Ásia e África. Nesses mercados, é de salientar Moçambique e Angola que são responsáveis, em conjunto, por 3.4% e França por 2.3% da faturação.

A composição das vendas por área geográfica mostra a forte internacionalização do Grupo, com 74% do seu “turnover” nos mercados internacionais. Esta realidade é fruto dos medicamentos de investigação BIAL, que possibilitaram a presença nos mais importantes mercados farmacêuticos mundiais.

Em Portugal, para além da faturação de medicamentos (€ 68.5M), é expressiva a prestação de serviços no valor de € 17.7M, essencialmente serviços de informação médica e promoção a multinacionais farmacêuticas. A sua faturação global foi € 86.3M (+2% face 2022). No ranking IQVIA do mercado ambulatório nacional BIAL ocupava a sexta posição em 31 de dezembro de 2023, mesma posição do ano anterior.

Espanha, mercado com o maior valor de vendas do Grupo (€ 80.4M), teve um crescimento de 2,3% em 2023. Zebinix mantem-se como o medicamento de maior faturação (€ 29.5M), seguido de Ongentys (€ 11.2M), Barnix (€11.2M), Biresp (€ 9.9M), Ferbisol (€ 9.5M), e Gregal (€ 3.9M). No ranking IQVIA do mercado farmacêutico ambulatório, BIAL ocupava em 31 de dezembro 2023 a 38ª posição, idêntica posição de 2022.

### Turnover/mercado



A Península Ibérica é um dos cinco maiores mercados da Europa e o nono maior mercado mundial, sendo BIAL uma das maiores empresas na área do ambulatório. Continuará a ser uma zona estratégica para o desenvolvimento de BIAL, com uma ampla e competitiva gama de medicamentos nos dois países, quer na medicina geral e familiar, quer em outras especialidades médicas já referidas.

Nos EUA, desde 2020, BIAL tem dois medicamentos comercializados, através de empresas licenciadas, o Aptiom e o Ongentys. Em 2023 as vendas foram de € 75.9M, +38% face a 2022, devido ao forte dinamismo de Aptiom, a prestação de serviços de € 11.5 M (“milestone” licenciamento Ongentys a Amneal), de que resulta uma faturação total de € 87.5M. É de salientar que em 2024 não haverá a entrada de genéricos de Aptiom devido à proteção dos direitos de propriedade intelectual que mantem.

O foco do crescimento orgânico de BIAL está nas suas filiais europeias (Alemanha, Itália, Reino Unido, e Suíça, assim como em França). Nesse país não temos filial, mas estamos presentes com uma equipa médica e comercial que promove em exclusividade o Zebinix. Nos outros países comercializamos Zebinix e Ongentys. Em 2023 a faturação nos cinco países foi de € 45,2M, um crescimento de 15% face a 2022. Em 2024 está previsto o lançamento de um novo medicamento, Kynmobi, para a doença de Parkinson na Alemanha. A médio prazo o nosso objetivo é ser comercializado nos países europeus em que temos equipas próprias. Será um dos fatores de crescimento de BIAL na Europa a médio prazo, reforçando a nossa presença na neurologia.

Em outros países europeus, como Suécia, Dinamarca, Noruega, Finlândia, Islândia, Chéquia, Eslováquia e Grécia, a comercialização de Zebinix e \ ou Ongentys é realizada através de acordos de licença ou distribuição. É outra via no processo de internacionalização.

lização e de consolidação do Grupo BIAL na Europa.

Nos países emergentes a faturação foi similar à dos anos anteriores, embora com algumas alterações por país. Moçambique e Angola continuam a ser os dois principais mercados. Em Moçambique a faturação foi de € 7.5M, um crescimento de 6% face a 2022, para o que contribui a maior estabilidade económica do país, inclusive a cambIAL. Em Angola a faturação foi de € 41M, um crescimento de 41%, explicado com a normalização do funcionamento do mercado. Nos restantes países emergentes é de destacar os designados French West Africa com € 5.9M de faturação (-8%).

Os serviços prestados foram de € 30.3M (+110.4% face a 2022), dos quais € 17.7M respeitam a serviços em Portugal de natureza promocional (+25% ano anterior), o que revela uma forte dinâmica nesta área. Ao exterior foram prestados serviços de € 14.4M, dos quais € 12.1M são “milestones” associados a contratos de licenciamento. Os recebimentos de “milestones” foram essenciais para financiar a I&D, mas nos últimos anos têm, felizmente, um papel secundário uma vez que são as vendas dos medicamentos de investigação BIAL que asseguram principalmente esse financiamento. No futuro está estimado receberem-se algumas dezenas de milhões de euros de “milestones” em função do cumprimento de metas contratuais (aprovações e lançamentos nos mercados e / ou cumprimento de valores de faturação). Até 2023.12.31 é de salientar que foram recebidos € 269.5M de “milestones” dos diversos contratos de licença assinados, que foram fundamentais para o financiamento das atividades de I&D.

### 3. INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO

O Grupo BIAL tem desde a década de noventa um importante e ambicioso projeto de I&D, muito focalizado no sistema nervoso central, de que resultaram dois novos medicamentos nessa área (Zebinix\Aptiom e Ongentys).

Em 2007, iniciou-se o retorno financeiro do investimento em I&D, com a assinatura do primeiro contrato de licenciamento de uma nova molécula farmacêutica de raiz portuguesa (medicamento antiepilético inovador, cujo princípio ativo é o acetato de eslicarbazepina, comercializado com duas marcas a nível mundial – Zebinix (Europa) e Aptiom (EUA e Canadá). Seguiu-se em 2008 o acordo de licença para a Europa do mesmo medicamento.

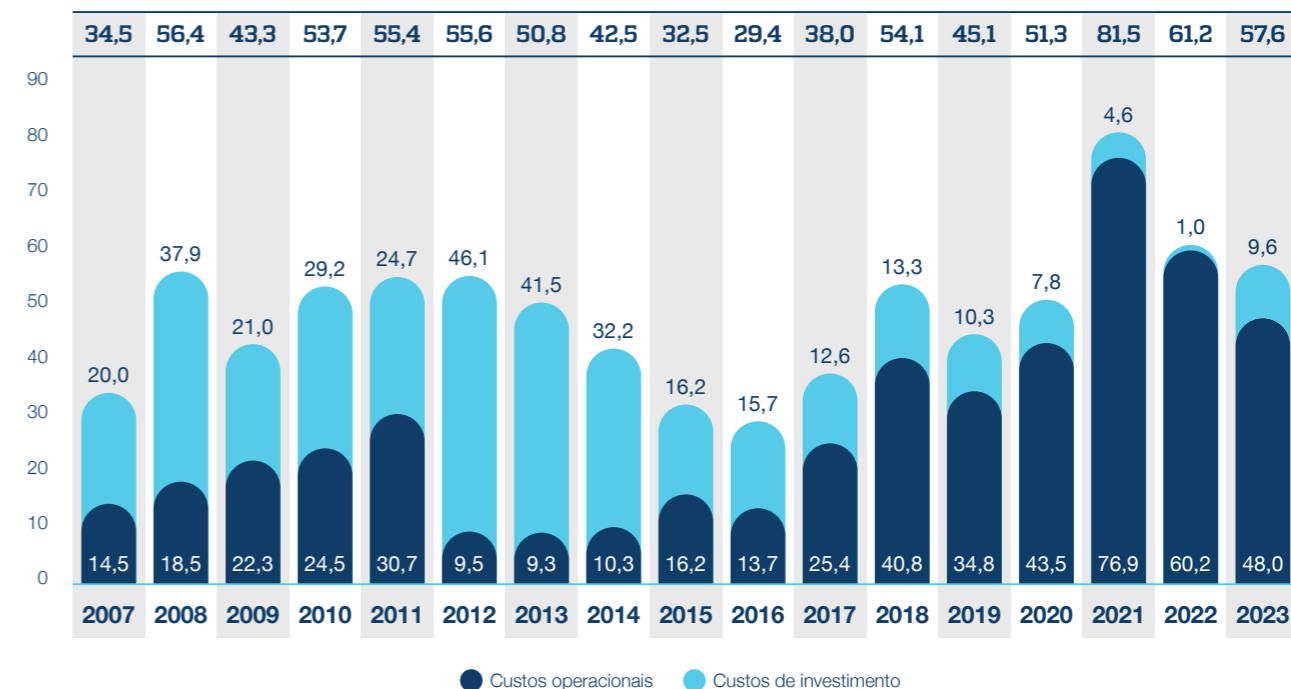
Em 2013, é de assinalar o primeiro licenciamento do novo medicamento para a doença de Parkinson investigado por BIAL, à empresa farmacêutica ONO para o Japão, cujo princípio ativo tem a designação de Opicapone e é comercializado com a marca Ongentys a nível mundial. Seguiu-se o seu licenciamento para os EUA à empresa Neurocrine e a sua aprovação pela FDA, tendo iniciado a sua comercialização nesse mercado em 2020. Nesse mesmo ano foi também aprovado pela PMDA (Pharmaceuticals and Medical Drugs Administration) e iniciada a sua comercialização no Japão. EUA e Japão são os dois principais mercados da doença de Parkinson.

Assim, num período de cinco anos, BIAL passou a ter dois medicamentos inovadores, licenciados para os mercados farmacêuticos mundiais mais importantes, garantia de um forte potencial comercial a médio e longo prazo, o que foi o fator decisivo para a internacionalização do Grupo.

Recordamos que, em 2009, é lançado em alguns países da União Europeia o Zebinix, a que se seguiram outros mercados, sendo de destacar o dos EUA, em 2014, com a marca Aptiom. Em 2023, como já referido, Zebinix\Aptiom faturaram € 128M, contribuindo de forma decisiva para a atual dimensão de BIAL, com as vendas mais importantes nos EUA e Espanha.

Em 2016 é iniciada a comercialização de Ongentys na Alemanha e Reino Unido, a que se seguiram os lançamentos em Espanha, Itália e Portugal. Em 2020 foi lançado nos EUA, Japão, Coreia do Sul e Suíça, em 2021 em Taiwan, Áustria, Dinamarca e Finlândia, em 2022 na Suécia, Chéquia, Eslováquia e Islândia, e em 2023 na Austrália, Eslovénia e Letónia. A sua





faturação em 2023 foi de € 57M, com um forte potencial de crescimento nos próximos anos. No final da década Ongentys deverá ser o medicamento com maior faturação do Grupo.

A I&D de BIAL teve um impacto muito relevante no crescimento do Grupo nos últimos anos e terá no seu futuro. É uma satisfação e um orgulho contribuirmos para a saúde de muitas dezenas de milhares de doentes em todo o mundo com epilepsia e doença de Parkinson, através de medicamentos inovadores com elevado valor acrescentado terapêutico. E acreditamos que, a médio prazo, novos medicamentos BIAL serão disponibilizados para uma melhor saúde dos pacientes resultantes dos projetos de investigação em curso.

Os trabalhos de investigação do projeto BIA2, Zebinix/Aptiom, continuam com o objetivo de obter um melhor conhecimento sobre as suas características clínicas e potenciar a sua utilização nos diversos perfis dos doentes antiepiléticos. Assim, estão em curso alguns estudos clínicos que visam robustecer o conhecimento sobre o medicamento e facilitar a sua utilização terapêutica.

O projeto BIA9 (opicapone), medicamento comercializado com a marca Ongentys tem um conjunto de ensaios clínicos de fase IV a decorrerem na Europa. O seu objetivo é reforçar o conhecimento sobre o medicamento na prática clínica corrente, com diversos perfis de doentes, o que permitirá robustecer a sua adoção pelos neurologistas.

É de grande significado para BIAL ter dois medicamentos de investigação própria comercializados a nível mundial, o que credibiliza a qualidade da sua I&D.

O projeto BIA28 tem como objetivo um potencial medicamento para o tratamento da doença de Parkinson, quando tem como origem mutações genéticas do gene GBA1, que origina a diminuição da atividade da enzima GCCase, o que acelera a progressão da doença e o seu aparecimento numa fase mais precoce da vida. O projeto, realizado em parceria entre a BIAL R&D Investments e a BIAL - Portela C<sup>a</sup>, teve uma evolução muito significativa em 2023, com a en-



trada do primeiro doente, em maio, no ensaio clínico de fase II em curso nos EUA e em diversos países europeus. É o projeto em que serão afetos os meios financeiros mais avultados, estimando-se para o próximo triénio um investimento superior a sessenta milhões de euros,

O BIA 28 teve a sua origem em agosto de 2020, quando foi celebrado um acordo de compra com a empresa biotecnológica americana Lysosomal Therapeutics Inc. relativo a um conjunto de ativos intangíveis, incluindo patentes e outros direitos de propriedade intelectual, entre os quais o atualmente designado por BIA28.

Os restantes projetos BIAL estão em fase pré-clínica pelo que ainda há um longo programa de trabalho a implementar, sendo ainda prematuro avaliar o seu potencial terapêutico. No entanto, temos confiança nas equipas que os estão a investigar e que alguns deles se venham a concretizar em novos medicamentos com elevado valor terapêutico.

Em 2021 e 2022 foram reanalisados todos os projetos em curso de que resultou a descontinuação de alguns deles e a definição de novas prioridades em termos de áreas terapêuticas. Em 2023 foi decidido manter como área de investigação prioritária o sistema nervoso central, em especial na epilepsia e doença de Parkinson, descontinuar a área cardiovascular, e iniciar uma nova linha de investigação nas doenças raras de origem neurológica. Com isso procura-se acelerar o ciclo de investigação, diversificar o risco de portfólio com um maior número de projetos ativos e conseguir um maior valor acrescentado terapêutico para os doentes.

Em 2023, os investimentos em investigação e desenvolvimento totalizaram € 57.6M, repartidos por:

- Despesas correntes de funcionamento, no valor de € 48.0M, excluindo amortizações; e
- Aquisições para o ativo intangível e tangível, no valor de € 9.6M.

As amortizações de I&D foram de € 21.7M. Como gastos do exercício foram contabilizados € 67.3M associados à I&D, incluindo amortizações, imparidades e provisões, o que evidencia o enorme esforço financeiro com os nossos projetos de investigação.

## 4. SITUAÇÃO ECONÓMICO e FINANCEIRA

A estrutura económica e financeira do Grupo é equilibrada, compatibilizando-se o esforço de investimento em I&D com a sua capacidade em gerar cash-flow e um adequado nível de rentabilidade. Nos pontos anteriores foram apresentados os motivos que explicam a evolução do volume de negócios e do investimento.

O Grupo tem um balanço robusto, com indicadores de solvabilidade, liquidez e rentabilidade claramente positivos, um baixo nível de endividamento financeiro, quer em termos de EBITDA, quer em termos do ativo e passivo corrente. Assim, BIAL tem condições para dar continuidade ao seu programa de I&D e, caso seja se justifique, capacidade de investimento em novos ativos.

A rentabilidade operacional de BIAL foi pressionada em 2022 e 2023 pelo impacto da inflação em alguns dos seus inputs, de que salientamos os custos com a energia, transportes, matérias-primas e adjuvantes, e material de acondicionamento, para além dos custos salariais. Uma vez que os preços dos medicamentos na quase totalidade dos países em que os comercializamos são controlados administrativamente e mantiveram-se fixos, não foi possível repercutir nos



preços de venda o aumento desses custos. Nestas circunstâncias foi necessário implementar diversas medidas para a diminuição dos custos operacionais. Saliente-se o ajustamento da estrutura organizacional, nomeadamente a redução transversal de um nível de gestão e a racionalização de algumas equipas funcionais. Para além de se aumentar a flexibilidade e eficiência, também contribuem diretamente para a redução dos custos operacionais. As despesas com pessoal reduziram-se em 6,4% face a 2022, o que contribui para um aumento da rentabilidade operacional.

Os Resultados Líquidos do Grupo, em 2023, foram de € 26.9M, (€ 6.9M em 2022), dos quais € 26.0M atribuíveis aos detentores do capital da empresa mãe, BIAL Holding, e € 0.9M aos interesses minoritários. O forte aumento da rentabilidade do Grupo explica-se pelo crescimento do seu "turnover", manutenção da margem bruta e redução dos custos operacionais. Os Resultados Antes de Impostos foram de € 42.0M (€ 15.2M em 2022). O EBITDA foi de € 75.1M (+81%) e os Resultados Operacionais de € 48.8M (+221%). Nestes resultados estão incluídos € 48.0M de custos associados à I&D, como referido no ponto anterior. Os resultados financeiros foram negativos em € 6.8M, refletindo o forte aumento das taxas de juro uma vez que diminuiu em € 12.0M o endividamento financeiro líquido face a 2022.

Os Capitais Próprios são de € 314.6M, o Passivo de € 272.2M e o Ativo de € 586.7M, o que reflete um balanço saudável, com indicadores de solvabilidade e autonomia financeira muito positivos. O financiamento líquido é de € 108.2M, uma redução de 10% face a 2022 (- € 12,0M), com um rácio de EBITDA / Net Debt de 1.4 (2.9 em 2022), uma evolução muito positiva face aos anos anteriores. É de referir que se o EBITDA fosse corrigido dos custos operacionais de I&D (€ 48.0M), o rácio seria de 0.9.

BIAL - Portela & C<sup>a</sup> é a principal empresa do Grupo, centraliza a atividade industrial e as funções corporativas, sendo a companhia com maior peso em termos comerciais e de I&D. A sua faturação foi de € 273.6M e o seu EBITDA de € 67.4M. Os Resultados Líquidos foram de € 23.3M. O Ativo Líquido é de €

472.8M, o Passivo de € 258.0M e os Capitais Próprios de € 214.8M. Estrutura sólida, com níveis de solvabilidade e autonomia financeira robustos e um nível de rentabilidade em 2023 muito interessante.

A filial em Espanha, a segunda maior empresa do Grupo, apresentou um volume de negócios de € 85.9M (+9.4% face a 2022). O seu Resultado líquido foi de € 4.8M, com um EBITDA de € 7.5M, sendo nulo o seu financiamento. O seu Ativo é de € 42.9M, o Passivo de € 27.4M, e os Capitais Próprios de € 15.5M. O mercado espanhol é estratégico para BIAL e continuará a ser uma prioridade o seu crescimento orgânico, baseado especialmente em Ongentys, Barnix, Biresp e Gregal. Zebinix continuará a ser o produto com maior faturação. O sistema nervoso central e a área respiratória continuarão a ser os "drivers" da atividade em Espanha.

A Novipharma teve um contributo positivo para as contas do Grupo, como tem acontecido nos últimos anos, com uma faturação de 21.3M de CHF (-35% face a 2022), um Resultado Líquido de 8.9M de CHF e um EBITDA de 10.4M de CHF. A evolução negativa do seu volume de negócios resultou do ajustamento de stocks de Ongentys no Japão que causou uma redução significativa das suas vendas para esse país. O seu Ativo é de 65.2M de CHF, o Passivo de 18.6M de CHF, e os Capitais de 46.6M de CHF. Em termos operacionais desempenha importantes funções logísticas, de "procurement" associado aos princípios ativos dos medicamentos de investigação BIAL, gestão da produção nas CMO (Contract Manufacturing Organization), e o relacionamento com algumas das licenciadas do Grupo.

A Medimport teve um volume de negócios de € 7.5M, um crescimento de 12% face a 2022, e um Resultado Líquido de € 0.2M (€ 1.3M em 2022). Para a evolução dos seus resultados contribuiu a necessidade de ajustamento do CEVC devido a um valor signifi-

tivo de mercadorias em trânsito no início de 2023. O seu balanço tem uma estrutura equilibrada, um Ativo de € 7.9M, um Passivo de € 5.0M e Capitais Próprios de € 2.8M. É de salientar que Medimport é líder do mercado ambulatorio em Moçambique, sendo vários dos medicamentos BIAL líderes nas respetivas áreas terapêuticas.

BIAL Itália teve uma faturação de € 15.0M, um crescimento de 22% face a 2022, valor idêntico aos crescimentos de 2022 e 2021, o que revela uma importante dinâmica comercial. O Resultado Líquido do exercício foi de € 0.3M, uma evolução positiva face aos prejuízos de 2022 de € 0.9M. É o primeiro exercício em que apresenta lucro, após anos de investimento na atividade promocional de Ongentys e Zebinix. As estimativas para o próximo triénio têm previsto a obtenção de resultados líquidos positivos e a recuperação das perdas registadas nos últimos anos.

A BIAL R&D Investments é uma filial focada na I&D, que está a desenvolver, em parceria com a BIAL - Portela C<sup>a</sup>, o projeto BIA28, o mais importante projeto do Grupo. Não teve receitas próprias, conforme previsto, e na sequência dos seus custos operacionais como atividades de I&D, teve um EBITDA negativo de € 9.7M. Os Resultados Líquidos foram negativos em € 8.6M. O financiamento da sua atividade é realizado pela BIAL Holding, enquadrado na política de I&D do Grupo. Em 2023 traduziu-se numa injeção de € 25M sob a forma de prestações de capital, tendo em 2022 sido injetados € 14.5 M. Não tem financiamento externo ao Grupo uma vez que a opção da sua acionista é financiar diretamente a sua atividade.

As restantes filiais do Grupo não têm significado nas contas consolidadas uma vez que a sua atividade é quase exclusivamente realizada com a BIAL - Portela & C<sup>a</sup> ou é de reduzida dimensão, pelo que as suas contas individuais não têm expressão em termos de consolidação contabilística.

O exercício de 2023 caracterizou-se por uma evolução muito favorável da atividade do Grupo, com o cumprimento de diversos objetivos prioritários, uma subida significativa da rentabilidade, e dos indicadores de solvabilidade e autonomia financeira. Na I&D

foi dada continuidade ao projeto BIA28 e foram identificados alguns novos projetos com potencial a médio prazo, incluindo nas doenças raras.

Houve uma evolução positiva da conjuntura económica, especialmente ao nível da inflação e funcionamento das cadeias logísticas, mas as taxas de juro tiveram uma subida muito significativa o que pressiona as empresas e os seus projetos de investimento. São preocupantes a presente instabilidade política a nível mundial e o aumento do grau de incerteza quanto ao futuro, nomeadamente nos EUA, União Europeia, China e Rússia. Não obstante, e como fator positivo, mantem-se fortes as expectativas de descida das taxas de juro das principais moedas em meados do corrente ano e um crescimento positivo da economia mundial, nomeadamente nos EUA e China.

## 5. SUSTENTABILIDADE & PRINCÍPIOS ESG

O Grupo BIAL, desde há mais de vinte anos, tem seguido uma política de responsabilidade corporativa, de natureza transversal e inserida nas suas diversas áreas operacionais. Essa postura tem evoluído, tornando-se progressivamente mais global e presente no seu dia a dia, quer através da certificação na área de ambiente (ISO 14001), quer através de procedimentos e práticas associadas à economia circular, responsabilidade social e “governance”. BIAL - Portela & C.<sup>a</sup>, como principal empresa do Grupo, é a que tem maior relevância nesta política, desde a sua área industrial até às atividades de investigação e desenvolvimento, passando por uma forte política de responsabilidade social materializada no apoio a múltiplas instituições e iniciativas da sociedade civil. O desenvolvimento sustentável está presente nas decisões tomadas e nas políticas a definir e implementar.

Em 2023, a política de responsabilidade corporativa viu formalizada a incorporação da Sustentabilidade, com a criação de um Grupo de Trabalho e de uma Equipe dedicados a este tema, por forma a endereçar atempada e adequadamente os desafios que as novas disposições legais impõem, além de aproveitar as oportunidades que se criam, sobretudo ao nível do incremento da eficiência operacional.

Na sequência da avaliação das ações realizadas e dos resultados obtidos em 2023, em linha com os anos anteriores, os Sistemas de Gestão da Qualidade, Saúde e Segurança e Ambiente estão adequados à política da Empresa, refletindo os princípios, propósitos e valores do Grupo BIAL. Os sistemas foram avaliados com realização de inúmeras auditorias externas e internas, assim como pela monitorização dos indicadores de gestão.

No que respeita à Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente, é de salientar:

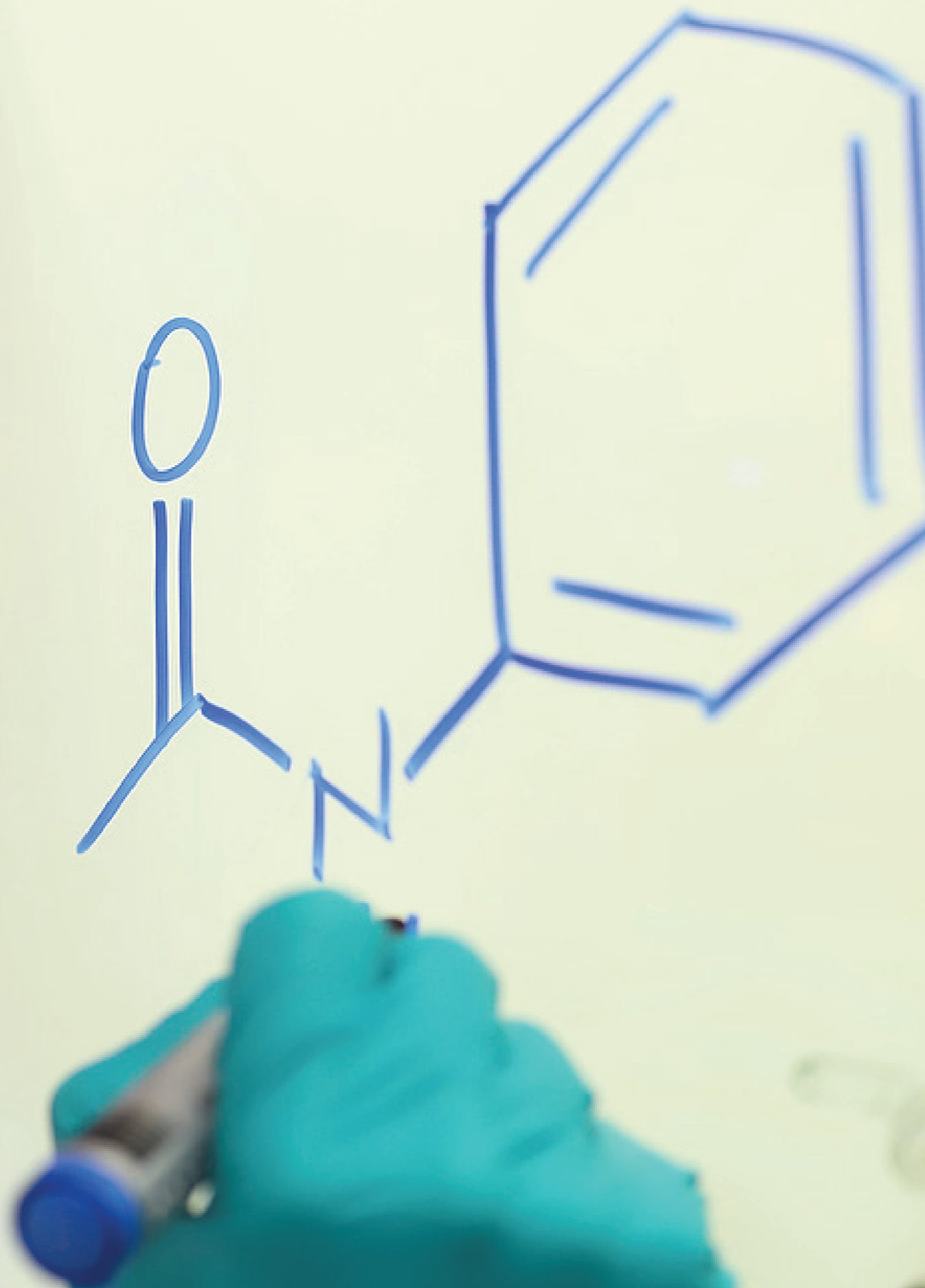
- O Sistema de Gestão Ambiental, implementado desde 2001, viu renovada a respetiva certificação, em conformidade com a norma ISO 14001:2015, como resultado da auditoria de renovação, através de uma nova entidade certificadora (*Bureau Veritas*), sem constatações;
- Em 2023 foram realizadas com sucesso auditorias externas e internas de acordo com a legislação aplicável a Saúde e Segurança Ocupacionais, mantendo-se a conformidade do Sistema de Gestão de Saúde e Segurança;
- Consolidação das Boas Práticas (Farmacovigilância, Clínicas, de Fabrico e de Distribuição), comprovada por diversas auditorias externas e internas, incluindo inspeções de autoridades de saúde internacionais.

Em 2023 foi dada continuidade ao processo de melhoria continua nas áreas operacionais, sendo de salientar a conclusão de alguns importantes investimentos, como a expansão da área logística e o “revamping” das salas de amostragem e aviamento. São investimentos inseridos num plano iniciado em 2021 e concluído em 2023, que criaram condições

para reforçar o vetor industrial do Grupo, suportando a nossa internacionalização. Nesses investimentos, o foco foi a produção dos dois medicamentos de investigação BIAL, Zebinix/Aptiom e ONgentys, para todos os mercados incluindo os EUA.

Na área ambiental e da economia circular foram implementadas diversas iniciativas, destacando-se as seguintes:

- Reduzimos 52% das emissões de Gases com Efeitos de Estufa (GEE), de âmbito 1 – emissões diretas, e de âmbito 2 – indiretas, face ao ano de 2020. As ações mais relevantes para este resultado são o fornecimento de eletricidade a partir de painéis fotovoltaicos, a obtenção de eletricidade com garantia de origem de fontes renováveis para além das contínuas medidas de eficiência energética implementadas;
- A nossa Unidade de Produção e Autoconsumo (UPAC), em 2023 produziu 945MWh, o que representou 19% do consumo total de eletricidade. Em 2023 instalamos mais 72 novos módulos de painéis fotovoltaicos, totalizando a área ocupada mais de 3.790 m<sup>2</sup>, com uma capacidade instalada de 780 kWp. Em 2023, a produção da UPAC evitou a emissão de 444 ton CO<sub>2</sub>;
- Dispomos de 36 postos de carregamentos no nosso parque e o número de veículos híbridos e elétricos da frota BIAL tem crescido, perfazendo 18% do total de veículos;
- Em 2023 implementamos medidas de eficiência hídrica que nos permitiram reduzir 450 m<sup>3</sup> do consumo de água da rede e mais de 4.600 m<sup>3</sup> de água da nossa captação hídrica;
- As nossas cartonagens, folhetos e caixas de cartão possuem certificação FSC (*Forest Steward Council*), ou seja, a matéria-prima das nossas embalagens provém de florestas geridas de forma sustentada. Adicionalmente, as caixas de cartão que contêm os nossos medicamentos contêm entre 55 e 85% de materiais reciclados;



- Promovemos ações de economia circular com foco na digitalização de processos e mantivemos as parcerias com os nossos fornecedores na devolução de embalagens. Para além disso, encaminhámos cerca de 3,0 ton de resíduos de solventes orgânicos para recuperação/ regeneração em Portugal.

Em termos globais podemos concluir:

Os relatórios anuais “2023 Quality Performance Analysis” e “2023 Environment Performance Analysis” traduzem, através de diversas métricas, o referido nos pontos anteriores e apresentam linhas de ação para a melhoria contínua dos indicadores de desempenho. Aliado a estes há ainda a salientar o primeiro Relatório de Sustentabilidade, relativo a 2023, o qual alia o vetor Ambiental aos vetores Social e de Governança, constituindo mais uma evidência do percurso de transparência e confiança que a BIAL vem trilhando.

Na vertente Social destaca-se o envolvimento da empresa com a comunidade - assumindo especial relevo a comunidade onde está sediada -, e na criação de valor para a sociedade em geral. Neste domínio destacam-se, como eixos de atuação, as vertentes da saúde, da investigação, assim como da cultura e da educação.

Desde 2004, BIAL é membro do UN Global Compact, uma iniciativa internacional que visa promover o progresso sustentável da economia mundial, unindo empresas, governos e sociedade civil. Anualmente, a empresa renova este seu compromisso com o Pacto Global e os seus dez princípios nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção.

Em 2023, BIAL - Portela & C<sup>a</sup> concedeu € 4.5M de donativos a diversas entidades, para além de outros apoios não financeiros a múltiplas iniciativas da sociedade civil e que se enquadram no âmbito da sua política de mecenato.

É de destacar a nossa presença como membro fundador da Fundação BIAL, entidade de utilidade pública criada em 1994, conjuntamente com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.

A organização de simpósios, a atribuição de bolsas de investigação e a atribuição de prémios científicos são as suas principais atividades.

Em 2023 tiveram lugar as edições do “BIAL Award in Biomedicine 2023”, no valor de € 300’000, e do “Prémio Maria de Sousa 2023”, em parceria com a Ordem dos Médicos, no valor de até € 150’000. Foram ainda organizadas as cerimónias de entrega do “Prémio BIAL de Medicina Clínica 2022” e do “Prémio Maria de Sousa 2023”, presididas, respetivamente, pelos Senhores Presidente da República e Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que, no seu conjunto, atribuíram prémios no valor de € 270’000.

No âmbito da Educação, BIAL integra diversas iniciativas que visam dar resposta à necessidade de uma maior participação da sociedade civil e no dia-a-dia das escolas, reconhecendo o papel fundamental que tem no desenvolvimento sustentado de uma sociedade mais competitiva e dinâmica. Neste âmbito destaca-se o papel da empresa nos Conselhos Gerais das escolas da comunidade onde está inserida, assim como a participação em programas que visam promover uma maior participação da sociedade civil na vida das escolas e a partilha de boas práticas e de conhecimento entre o mundo empresarial e as escolas, como é o caso do programa “Porto de Futuro”, promovido pela Câmara Municipal do Porto.

A BIAL colabora também com instituições que apoiam socialmente jovens universitários, nomeadamente através da atribuição de bolsas de estudo, assumindo assim um papel no combate ao abandono escolar, no desenvolvimento de competências-chave e promoção da empregabilidade jovem. Destaca-se a participação na associação EPIS - Empresários Pela Inclusão Social e na Associação Stand4Good.

Na área da Saúde, BIAL tem vindo a estabelecer parcerias com sociedades médicas, associações de doentes e programas educacionais que visam a formação, a educação e a sensibilização para diversos problemas que afetam a saúde da população. Exemplos desta atuação são a plataforma digital *Keep it ON*, criada com a missão de capacitar as pessoas com a doença de Parkinson e que disponibiliza con-

teúdos relevantes e úteis para as pessoas com esta doença e respetivos prestadores de cuidados, e o podcast Top of Mind lançado em 2023, e que leva ao cidadão comum informação, conhecimento e partilha de experiências em torno de diversas doenças, e tópicos de saúde comuns.

A empresa está também associada a diversas iniciativas da sociedade civil e do Estado Português, com participação ativa na sua concretização, quer através de apoio financeiro, quer diretamente na sua realização. O destaque natural vai para a intervenção dos seus mais diversos colaboradores, nomeadamente dos membros dos seus órgãos sociais, que colaboram “pró-bono” em diversas instituições públicas cujos fins e iniciativas estejam de acordo com os valores e princípios do BIAL.

Na vertente de Governance, BIAL está comprometida e empenhada em realizar a sua atividade com integridade e em conformidade com os mais elevados padrões éticos, leis, regulamentos, políticas e procedimentos internos aplicáveis.

Trabalhar de acordo com elevados padrões éticos sempre fez parte do ADN da BIAL. Na empresa vigora um Código de Ética e de Conduta que explicita os princípios éticos que regem a empresa, os seus colaboradores e as relações estabelecidas com todos os nossos parceiros.

A BIAL promove uma política proativa de desenvolvimento dos seus colaboradores, nomeadamente através de programas de gestão de talento e de ações de formação e de desenvolvimento. BIAL aposta na qualidade e qualificação das suas pessoas, comprovada pela elevada percentagem de colaboradores que possuem um grau académico do ensino superior (superior a 80%). Uma sólida formação académica é essencial para a obtenção de níveis de desempenho elevados, com valor acrescentado significativo em todas as áreas funcionais. A par dessa formação de base, há uma preocupação permanente com uma adequada formação contínua, interna e externa, de forma a acompanhar o desenvolvimento da ciência, em especial nas áreas da saúde.

É nosso objetivo continuar a promover um relevante programa de apoio a instituições culturais, científicas, de solidariedade social e educacional, abrangendo fundações e entidades de âmbito cultural (artísticas, musicais, entre outras) e científico, organizações de intervenção social, organizações de cariz social e humanitário, organismos de saúde e de educação. Deste modo, BIAL procura concretizar um objetivo de responsabilidade social, assumindo a promoção do bem-estar da sociedade e do seu desenvolvimento transversal - cultural, científico, social, educacional e ambiental.

## 6. FACTOS SUBSEQUENTES a 2023.12.31

Não são conhecidos eventos posteriores a 2023.12.31 que possam influenciar as demonstrações financeiras de 2023 ou que justifiquem uma revisão dos planos e orçamentos aprovados para 2024 para as diversas empresas do Grupo. No obstante o referido, em março do corrente ano foi conhecida a decisão desfavorável a BIAL – Portela C<sup>a</sup> da London Court of International Arbitration (LCIA), onde se reclamava uma compensação de € 8.7M por incumprimento do contrato de licenciamento de Ongentys para os EUA, celebrado com a Neurocrine. No entanto, como foi constituída uma provisão a 100% desse valor não há impacto nas contas e resultados líquidos apresentados, quer ao nível do Grupo, quer na BIAL - Portela C<sup>a</sup>.

## 7. PERSPETIVAS PARA 2024

O Grupo BIAL continuará a desenvolver a sua atividade de acordo com os vetores estratégicos aprovados, que têm orientado o seu desenvolvimento como grupo farmacêutico internacional focalizado na investigação de medicamentos inovadores, que contribuam para a saúde e qualidade de vida das pessoas.

A política de sustentabilidade, assente nos pilares ESG (Environmental, Social and Governance) é transversal a todo o Grupo, assim como a I&D e a Internacionalização, o que está refletido nos planos e orçamentos aprovados para 2024.

Em 2024 são de salientar os seguintes projetos e atividades:

- Na área de I&D:
  - No projeto BIA9, Ongentys, a prioridade é dar continuidade a alguns ensaios clínicos de fase IV em alguns países europeus, que visam robustecer o conhecimento clínico do fármaco, nomeadamente em condições de prática clínica corrente.
  - O projeto BIA28, que tem como objetivo obter um novo medicamento para a doença de Parkinson, em doentes com uma específica mutação genética, é onde será realizado o maior investimento financeiro, e tem como prioridade continuar ao ensaio clínico de fase II, em que o primeiro doente foi incorporado em maio de 2023. Prevemos incorporar todos os doentes previstos no ensaio no corrente ano, de forma a termos os seus resultados no 1º semestre de 2026. Este ensaio está a ser realizado em diversos centros clínicos nos EUA e em vários países europeus. Este projeto é da responsabilidade de um consórcio constituído entre duas empresas do Grupo, BIAL - Portela C<sup>a</sup>, SA e BIAL R&D Investments.
  - Na sequência da nova orientação estratégica aprovada em 2023 para as áreas terapêuticas

de investigação, sistema nervoso central e doenças raras de origem neurológica, tendo sido descontinuada a área cardiovascular, é nosso objetivo conseguir iniciar 2 novos projetos de I&D (um composto de baixo peso molecular e um composto de novas modalidades), bem como identificar dois novos compostos candidatos a iniciar o desenvolvimento clínico.

- Na área comercial:
  - Reforçar a dinâmica comercial nos diversos mercados em que o Grupo está presente, tanto direta como indiretamente, em especial nos medicamentos de investigação BIAL, com especial ênfase em Ongentys, e lançar Kynmobi, novo medicamento para a doença de Parkinson, em pelo menos um país europeu.
  - Ongentys, segundo produto com a maior faturação nos últimos anos, está comercializado nos principais mercados mundiais, que representam mais de 80% do valor global do mercado da doença de Parkinson, terá de ser um dos “drives” de crescimento a médio prazo. Alemanha, Itália, Espanha, Reino Unido e Portugal na Europa, e EUA e Japão fora da Europa, serão os países prioritários para suportar o crescimento de Ongentys.
  - Garantir a competitividade de Zebinix \ Aptiom, especialmente em Espanha e EUA, os seus dois principais mercados. Em Espanha, após a perda de patente em junho de 2021, que implicou a necessidade de reduzir o seu preço em 45%, aumentar a sua quota de mercado em unidades, à semelhança do ocorrido em 2022 e 2023. Nos EUA, e após a decisão judicial de garantir a proteção de patente de Aptiom até maio de 2025, o que impossibilita a entrada de genéricos até essa data, reforçar a sua quota de mercado em valor. Em 2023 o Zebinix \ Aptiom manteve-se como o produto de maior faturação do BIAL, o que sucederá igualmente em 2024.
  - Dar continuidade ao muito bom desempenho comercial desde 2021 dos dois novos medicamentos antidiabéticos (Ebymect e Edistri-

de), lançados em 2020 em Portugal, que em conjunto representam o terceiro maior contributo para a faturação do Grupo, assim como reforçar a competitividade da área do sistema nervoso central e área respiratória em Portugal e Espanha.

- Na área do “Business Development”:
  - Celebrar novos acordos de licença para os nossos principais mercados com medicamentos inovadores nas nossas áreas terapêuticas estratégicas (sistema nervoso central, diabetes, respiratória, cardiovascular).
  - Concretizar parcerias para os nossos projetos de I&D de forma a aumentarmos os projetos ativos e diminuirmos o risco de portfólio.
- Na área financeira, operacional e “corporate”:
  - Cumprir com os objetivos do “Turnover” e EBITDA, com uma monitorização adequada de ambos os objetivos, nomeadamente no controlo dos custos operacionais e vendas nos nossos principais mercados e produtos.
  - Controlar adequadamente as necessidades de financiamento e o nível de fundo de maneió.
  - Garantir um nível elevado de serviços a todos os clientes externos e internos de forma a melhorar servirmos os nossos pacientes.
  - Proporcionar boas condições de trabalho e um ambiente estimulante de forma a reter e atrair profissionais de elevado nível nas diversas áreas funcionais.
  - Garantir o funcionamento dos sistemas informáticos de BIAL e concretizar os projetos aprovados, com o focus na digitalização de vários processos operacionais, incluindo na I&D.

No ano em que o Grupo celebra o seu centésimo aniversário, com a criação da BIAL - Portela C<sup>a</sup> em 1924, na cidade do Porto, é com uma especial satisfação e confiança no futuro que apresentamos os resultados e contas do exercício de 2023. A sólida estrutura económica e financeira do Grupo, os projetos em curso e os objetivos estratégicos definidos no âmbito da BIAL Vision 2030, aliados à confiança de-

positadas pelos seus acionistas, são garantias substanciais para o futuro de BIAL ao entrar no segundo século da sua atividade. Com entusiasmos e empenho ímpares, vamos continuar a disponibilizar os nossos medicamentos em várias dezenas de países, indo ao encontro das necessidades de milhões de pacientes no mundo que utilizam os medicamentos BIAL.

Trofa, 2024.03.28

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE BIAL HOLDING, S.A (EMPRESA-MÃE)

ANTÓNIO HORTA OSÓRIO | **Chairman**  
 ANTÓNIO PORTELA | **CEO**  
 RICHARD PILNIK | **Vogal**  
 MELANIE LEE | **Vogal**  
 JOSÉ REDONDO | **Vogal**  
 MIGUEL PORTELA | **Vogal**  
 JOERG HOLENZ | **Vogal**  
 MAXIMILIANO BRICCHI | **Vogal**



## I. BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Valores em euros

ATIVO	Notas	DATAS	
		2023.12.31	2022.12.31
<b>ATIVO NÃO CORRENTE :</b>			
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>			
Terrenos e recursos naturais		12 358 625	12 406 207
Edifícios e outras construções		17 532 886	17 102 249
Equipamento básico		18 361 635	17 410 713
Equipamento de transporte		245 038	380 933
Equipamento administrativo		2 327 476	2 503 616
Outros ativos fixos tangíveis		289 658	198 464
Ativos fixos tangíveis em curso		11 140 545	7 544 039
Adiantamentos a fornecedores de investimento		632 551	3 049 559
	<b>12</b>	<b>62 888 414</b>	<b>60 595 780</b>
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>			
Projetos de desenvolvimento		134 353 571	152 999 471
Propriedade industrial		3 577 319	4 815 922
Outros ativos intangíveis		2 529 562	277 644
Ativos intangíveis em curso		22 418 312	8 893 354
Goodwill	<b>8</b>	3 396 275	5 094 412
	<b>12</b>	<b>166 275 038</b>	<b>172 080 803</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>			
Partes de capital em outras empresas		114 820	114 820
Outros investimentos financeiros		448 348	701 835
	<b>12</b>	<b>563 168</b>	<b>816 655</b>
<b>DÍVIDAS DE TERCEIROS</b>			
Outros créditos a receber	<b>14</b>	25 356 271	27 233 758
		<b>25 356 271</b>	<b>27 233 758</b>
<b>IMPOSTOS DIFERIDOS</b>			
Ativos por impostos diferidos	<b>10</b>	59 270 905	68 518 795
		<b>59 270 905</b>	<b>68 518 795</b>
<b>ATIVO CORRENTE</b>			
<b>INVENTÁRIOS</b>			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		93 421 426	88 025 786
Mercadorias		15 016 291	13 852 334
Produtos e trabalhos em curso		4 387 172	2 930 247
Produtos acabados e intermédios		10 511 094	8 658 735
	<b>13</b>	<b>123 335 983</b>	<b>113 467 101</b>
<b>DÍVIDAS DE TERCEIROS</b>			
Clientes	<b>11</b>	45 587 411	36 089 058
Estado e outros entes públicos	<b>15</b>	3 153 759	4 839 498
Outras créditos a receber	<b>14</b>	18 646 981	12 410 131
Devedores por acréscimos de rendimentos	<b>16 a)</b>	5 456 328	7 555 806
		<b>72 844 479</b>	<b>60 894 493</b>
<b>DIFERIMENTOS</b>			
Gastos a reconhecer	<b>16 a)</b>	3 095 241	2 068 330
		<b>3 095 241</b>	<b>2 068 330</b>
Outros ativos financeiros	<b>12</b>	0	401 473
<b>CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS</b>			
Depósitos a prazo		937 551	5 968 330
Depósitos à ordem		72 078 164	49 278 921
Caixa		59 418	73 966
	<b>5</b>	<b>73 075 133</b>	<b>55 321 217</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>586 704 631</b>	<b>561 398 404</b>

32

Valores em euros

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	DATAS	
		2023.12.31	2022.12.31
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital subscrito		52 500 000	52 500 000
Prémios de emissão		12 500 000	12 500 000
Reservas legais		25 800	25 800
De conversão cambial		9 405 117	6 979 691
Outras reservas		51 840 553	45 474 829
Subsídios		20 611 613	23 008 709
Instrumentos financeiros		0	311 142
Resultados transitados		136 615 230	139 251 973
Subtotal		283 498 313	280 052 143
Resultado líquido do exercício		26 007 082	5 228 983
		<b>309 505 396</b>	<b>285 281 126</b>
<b>Interesses que não controlam</b>		<b>5 041 218</b>	<b>5 452 290</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>314 546 614</b>	<b>290 733 415</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Provisões	<b>19</b>	2 241 194	1 000 654
Empréstimos obrigacionistas	<b>17</b>	55 714 286	30 000 000
Financiamentos obtidos	<b>17</b>	71 254 709	56 665 753
Passivos por impostos diferidos	<b>10</b>	1 770 378	2 011 086
Outras dívidas a pagar	<b>14</b>	5 984 017	6 679 948
		136 964 583	96 357 442
		<b>128 997 014</b>	<b>143 213 882</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores		41 176 791	48 117 824
Estado e outros entes públicos	<b>15</b>	4 409 841	5 387 055
Empréstimos obrigacionistas	<b>17</b>	34 285 714	52 500 000
Financiamentos obtidos	<b>17</b>	20 005 659	36 345 045
Fornecedores de investimentos	<b>18</b>	5 158 458	5 754 864
Outras dívidas a pagar	<b>14</b>	1 401 476	1 652 333
Outros passivos	<b>16</b>	28 386 568	22 430 556
		134 824 508	172 187 678
<b>DIFERIMENTOS</b>			
Rendimentos a reconhecer	<b>16</b>	368 927	2 119 870
		<b>368 927</b>	<b>2 119 870</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>272 158 017</b>	<b>270 664 989</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>586 704 631</b>	<b>561 398 404</b>

33



## II. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Valores em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas	20	307 039 369	294 864 146
Serviços prestados	20	30 320 722	14 375 421
<b>Volume de negócios</b>		<b>337 360 092</b>	<b>309 239 567</b>
Subsídios à exploração	21	13 822	3 083 385
Trabalhos para a própria entidade		0	0
Variação nos inventários da produção		4 716 336	-432 052
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	-94 785 151	-83 369 375
Fornecimentos e serviços externos	23	-87 618 810	-105 615 619
Gastos com o pessoal	24	-70 101 165	-74 864 511
Perdas por imparidade	19; 25	-3 481 504	-120 875
Provisões	25	-1 562 809	-52 324
Reversões	19; 25	559 752	440 984
Outros rendimentos	26	12 426 760	14 298 082
Outros gastos	27	-22 479 837	-20 977 255
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>75 047 485</b>	<b>41 630 007</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	12	-28 080 949	-27 682 075
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	12; 25	1 823 073	1 261 067
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>48 789 609</b>	<b>15 208 999</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	28	527 201	625 372
Juros e gastos similares suportados	28	-7 299 430	-4 870 035
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>42 017 380</b>	<b>10 964 335</b>
Imposto sobre o rendimento do período	10	-15 084 173	-4 181 047
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>26 933 208</b>	<b>6 783 289</b>
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>			
Detentores do capital da empresa-mãe		26 007 082	5 228 983
Interesses minoritários		926 125	1 655 795

### III. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2022

DESCRIÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	PRÊMIOS DE EMISSÃO	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAL	OUTRAS RESERVAS	SUBSÍDIOS	RESULTADOS TRANSITADOS	INTRUMENTOS FINANCEIROS	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL	INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DO CAP. PRÓPRIO
Posição no início do período	52 500 000	12 500 000	25 800	4 792 432	38 913 924	24 381 584	140 192 456	-182 755	5 620 415	278 743 856	5 242 401	283 986 257
Aplicação resultado líquido					6 560 897		-940 482		-5 620 415	0		0
	52 500 000	12 500 000	25 800	4 792 432	45 474 821	24 381 584	139 251 973	-182 755	0	<b>278 743 856</b>	<b>5 242 401</b>	<b>283 986 257</b>
Alterações de políticas contábilísticas												
Diferenças de conversão demons. financeiras				2 187 258						2 187 258	281 748	2 469 006
Subsídios						-1 771 451				-1 771 451		-1 771 451
Ajustamentos por impostos diferidos						398 576		-143 390		255 186		255 186
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								637 289		637 289		637 289
	0	0	0	2 187 258	0	-1 372 875	0	493 899	0	<b>1 308 282</b>	<b>281 748</b>	<b>1 590 030</b>
Resultado líquido do período									5 228 983	<b>5 228 983</b>	1 655 795	<b>6 884 778</b>
Resultado integral									5 228 983	<b>6 537 265</b>	1 937 543	<b>8 474 808</b>
<b>Operações com detentores de capital no período</b>												
Realizações de capital										0		0
Realizações de prêmios de emissão										0		0
Distribuições							0					
Outras operações										0	-1 727 653	-1 727 653
<b>Posição no fim do período</b>	<b>52 500 000</b>	<b>12 500 000</b>	<b>25 800</b>	<b>6 979 691</b>	<b>45 474 829</b>	<b>23 008 709</b>	<b>139 251 973</b>	<b>311 142</b>	<b>5 228 983</b>	<b>285 281 125</b>	<b>5 452 290</b>	<b>290 733 415</b>

### DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2023

DESCRIÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	PRÊMIOS DE EMISSÃO	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAL	OUTRAS RESERVAS	SUBSÍDIOS	RESULTADOS TRANSITADOS	INTRUMENTOS FINANCEIROS	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL	INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DO CAP. PRÓPRIO
Posição no início do período	52 500 000	12 500 000	25 800	6 979 691	45 474 829	23 008 709	139 251 973	311 142	5 228 983	285 281 125	5 452 290	290 733 415
Aplicação resultado líquido					6 365 723		-1 136 740		-5 228 983	0		0
	52 500 000	12 500 000	25 800	6 979 691	51 840 552	23 008 709	138 115 230	311 142	0	<b>285 281 125</b>	<b>5 452 290</b>	<b>290 733 415</b>
Alterações de políticas contábilísticas												
Diferenças de conversão demons. financeiras				2 425 426						2 425 426	309 784	2 735 211
Subsídios						-3 093 027				-3 093 027		-3 093 027
Ajustamentos por impostos diferidos						695 932		-401 473		294 459		294 459
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								90 331		90 331		90 331
	0	0	0	2 425 426	0	-2 397 096	0	-311 142	0	<b>-282 811</b>	<b>309 784</b>	<b>26 973</b>
Resultado líquido do período									26 007 082	<b>26 007 082</b>	926 125	<b>26 933 208</b>
Resultado integral									26 007 082	<b>25 724 271</b>	1 235 910	<b>26 960 181</b>
<b>Operações com detentores de capital no período</b>												
Realizações de capital										0		0
Realizações de prêmios de emissão										0		0
Distribuições							-1 500 000			-1 500 000		-1 500 000
Outras operações										0	-1 646 981	-1 646 981
<b>Posição no fim do período</b>	<b>52 500 000</b>	<b>12 500 000</b>	<b>25 800</b>	<b>9 405 117</b>	<b>51 840 553</b>	<b>20 611 613</b>	<b>136 615 230</b>	<b>0</b>	<b>26 007 082</b>	<b>309 505 396</b>	<b>5 041 218</b>	<b>314 546 614</b>

#### IV. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

	2023	2022
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Recebimentos de clientes	346 653 229	349 992 548
Pagamentos a fornecedores	-228 137 505	-206 285 588
Pagamentos ao pessoal	-64 512 667	-70 621 490
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>54 003 057</b>	<b>73 085 470</b>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-3 153 977	1 040 140
Outros recebimentos / pagamentos relativos à atividade operacional	-7 676 467	-8 356 024
	<b>43 172 613</b>	<b>65 769 586</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>43 172 613</b>	<b>65 769 586</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos fixos tangíveis	-12 625 296	-17 850 602
Ativos intangíveis	-1 800 000	-3 962 528
Investimentos financeiros	0	-122 079
Outros ativos	-9 348 415	0
Subsídios ao investimento	-476 186	-24 249 897
		-463 410
		-22 398 618
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros	70 836	128 752
Outros ativos		
Subsídios ao investimento	1 256 530	5 268 055
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		1 327 366
		5 396 807
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>-22 922 531</b>	<b>-17 001 811</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	383 193 854	120 000 000
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Cobertura de prejuízos		0
Doações		0
Juros e rendimentos similares	324 293	
Outras operações de financiamento	0	383 518 147
		0
		120 000 000
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	-379 020 188	-123 482 805
Juros e gastos similares	-4 458 377	-3 767 247
Dividendos	-2 535 750	-1 112 992
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Outras operações de financiamento	0	-386 014 314
		0
		-128 363 043
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>-2 496 167</b>	<b>-8 363 043</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)</b>	<b>17 753 916</b>	<b>40 404 732</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período (nota 5)</b>	<b>55 321 217</b>	<b>14 916 485</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período (nota 5)</b>	<b>73 075 133</b>	<b>55 321 217</b>

## V. ANEXO CONSOLIDADO EM 2023.12.31

### Valores em Euros

#### 1. Introdução

BIAL tem por objeto social a produção, comércio, investigação e desenvolvimento de especialidades farmacêuticas para uso humano, e tem sede no Coronado (S. Mamede e S. Romão), Trofa.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 2024.03.28.

Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

#### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A empresa elabora o relato contabilístico das suas contas individuais e consolidadas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da empresa e das suas subsidiárias a 31 de dezembro de 2023.

A partir da publicação do Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de julho a empresa iniciou a preparação e apresentação de contas consolidadas. Deste modo, as presentes demonstrações financeiras consolidadas não são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pela empresa. Não houve derrogações excecionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

#### 3. Principais políticas contabilísticas

##### 3.1. Base das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC;

- A transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2016.
- As NCRF em vigor na presente data com as isenções descritas no parágrafo 3.1.a) e 3.1.c) e previstas na data de transição.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

#### a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são mensurados de acordo com o modelo do custo.

Na data de transição para o SNC foi adotado o custo considerado:

- Para terrenos e edifícios, o justo valor de uma avaliação efetuada em 31 de dezembro de 2003, por uma entidade independente e na base dos valores de mercado, e da qual resultou um acréscimo de valor de € 6 955 076;
- Para os restantes ativos fixos tangíveis, o valor constante das anteriores demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC, o qual incluía reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diversos diplomas legais que tiveram em conta coeficientes de desvalorização da moeda.

Subsequentemente, foi decidido manter o custo considerado, optando pelo método do custo na valorização de todos os ativos fixos tangíveis.

Com exceção dos terrenos que não são amortizáveis, os ativos fixos tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método das quotas constantes.

Em 2023, as taxas de amortização definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até ao fim da sua vida útil esperada são as seguintes:

2022 % anual	
Edifícios e outras construções	2%, 6% e 10%
Equipamento básico	6%-13%, 20%, 25%
Equipamento de transporte	20% e 25%
Equipamento administrativo	6%, 13%, 17%

2023 % anual	
Edifícios e outras construções	2%, 6% e 10%
Equipamento básico	6%-13%, 20%, 25%
Equipamento de transporte	20% e 25%
Equipamento administrativo	6%, 13%, 17%

Os bens adquiridos em regime de locação financeira são amortizados utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos tangíveis, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revidos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, ou seja, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “gastos/reversões de depreciação e de amortização”.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do ativo a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse ativo ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda, menos os custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desconhecido.

Os ativos fixos tangíveis em curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

O ativo fixo tangível inclui bens em regime de locação financeira que são amortizados com o mesmo critério dos restantes bens.

#### b) Imparidade

As empresas englobadas na consolidação avaliam se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, as empresas estimam a quantia recuperável do

ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de venda e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência em relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada, caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

### c) **Goodwill**

O *goodwill* corresponde a benefícios económicos futuros resultantes de ativos que não são capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos.

O *goodwill* relativo a subsidiárias englobadas na consolidação encontra-se discriminado em rubrica própria do Balanço.

Em 1 de janeiro de 2009 (data de transição para as NCRF) a empresa adotou a isenção da NCRF 3 - Adoção pela primeira vez da NCRF relativa a Concentrações de atividades empresariais pelo que adotou como custo

considerado, nessa data, o valor do *goodwill* constante das contas preparadas de acordo com o POC (custo de aquisição menos amortizações acumuladas até 31 de dezembro de 2008 e menos qualquer perda por imparidade apurada nessa data), ao invés de calcular o *goodwill* retrospectivamente à data da concentração com base em informação disponível a essa data.

Nas aquisições subsequentes a 1 de janeiro de 2009, o *goodwill* é mensurado pelo seu custo, que corresponde ao excesso do custo das concentrações de atividades empresariais a que respeitam face ao interesse do Grupo no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis na data da concentração.

A partir de 2016, o *goodwill* é amortizado de acordo com as disposições da NCRF 14, à taxa anual de 10%, pelo prazo de 10 anos.

Sempre que o interesse da adquirente no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis excede o custo da concentração de atividades empresariais, a diferença é imediatamente reconhecida nos resultados do período após reavaliação da identificação e mensuração dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida e da mensuração do custo da concentração.

Quando o *goodwill* faz parte de uma unidade geradora de caixa e parte de uma operação dentro dessa unidade é alienada, o *goodwill* associado com a operação alienada é incluído no valor contabilístico da operação para determinar o ganho ou perda da operação. O *goodwill* desreconhecido nestas circunstâncias é mensurado com base nos valores relativos entre a operação alienada e a parte da unidade geradora de caixa mantida.

O *goodwill* apresentado no Balanço está mensurado ao custo menos imparidade e amortizações acumuladas.

A empresa testa o *goodwill* quanto à imparidade se os acontecimentos ou as alterações nas circunstâncias indicam que pode estar com imparidade, de acordo com a NCRF 12 – Imparidade de Ativos.

Para efeitos de testar a imparidade, o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera que venham a beneficiar das sinergias da concentração, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida poderem também ser alocados a essas unidades.

### d) **Ativos intangíveis, exceto goodwill**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo.

O custo com os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento em determinadas circunstâncias, são considerados como um gasto, sendo refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

As despesas de investigação e desenvolvimento são consideradas como



gastos nos exercícios em que forem incorridas, salvo se cumprirem os requisitos do SNC para serem capitalizadas. Neste último caso, são reconhecidas como um ativo intangível e amortizadas numa base sistemática e racional nos exercícios, corrente e futuros, com referência ou à venda ou ao uso do proveito ou processo.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea b).

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada, caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método das quotas constantes.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

<b>Projetos de desenvolvimento</b> .....	5%
<b>Software-validações</b> .....	33.33%
<b>Propriedade industrial</b> .....	5% - 33.33%

Encontram-se classificados no ativo, os projetos de desenvolvimento BIA2, na área da epilepsia e o BIA9, medicamento para a doença de Parkinson.

Os restantes projetos de investigação e desenvolvimento, à data do balanço, ainda não reúnem as condições para se qualificarem como um ativo.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica de “gastos/reversões de depreciação e amortização”.

A amortização do Zebinix, medicamento antiepiléptico, é efetuada ao longo de 20 anos, a taxas constantes, em linha reta, de acordo com a vida útil esperada, tendo começado em setembro de 2009 com o início da comercialização na Europa.

A amortização do Ongentys (medicamento para a doença de Parkinson) é efetuada ao longo de 20 anos, a taxas constantes, de acordo com a vida útil esperada, tendo-se iniciado a amortização do ativo em setembro de 2016 com o início da comercialização na Europa.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contábilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de ativos intangíveis.

#### d.1) Projetos de desenvolvimento

São requisitos essenciais, para um “projeto de I&D ser classificado no ativo, na rubrica de “projetos de desenvolvimento”, os seguintes:

- A viabilidade técnica de concluir o ativo intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou venda.
- A sua intenção de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- A sua capacidade de usar ou vender o ativo intangível.
- A forma como o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível.
- A sua capacidade para mensurar fiavelmente o dispêndio atribuível ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

A existência de contratos de *licensing-out* é a evidência suficiente para a demonstração de que o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.

O valor da rubrica de “projetos de desenvolvimento” inclui:

- O investimento no BIA2 após a sua entrada na Fase III de desenvolvimento, a qual coincidiu com o primeiro contrato de *licensing-out* em 2007. No início de 2009, obteve-se a aprovação por parte da EMA, tendo-se iniciado a comercialização em outubro de 2009 do medicamento com a marca Zebinix, após o desenvolvimento do acetato de eslicarbazepina. Em 2013, a FDA aprovou o medicamento para os EUA, tendo-se iniciado a comercialização em 2014, com a marca Aptiom. Foi aprovada a “monoterapia” pela FDA, para os EUA, em agosto de 2015 e iniciada a comercialização em novembro de 2015. Em 2016, a EMA aprovou a “pediatria” para a Europa, tendo-se iniciado a sua comercialização em julho de 2017, data a partir da qual teve início a amortização do custo com a indicação para a pediatria. Em 2018, o medicamento foi licenciado para a Coreia do Sul. Em 2020, foi assinado acordo de distribuição para a Austrália. Em 2022, foram assinados acordos de distribuição para Israel.

- O investimento no novo medicamento para a doença de Parkinson (BIA9), o qual se encontra aprovado pela EMA para a Europa. Este facto, aliado ao seu primeiro contrato de licenciamento-out celebrado para o mercado japonês (terceiro maior mercado mundial em termos de prevalência da doença), tornam altamente provável a recuperação do investimento já realizado. Nestas circunstâncias, a empresa optou por iniciar a capitalização das despesas de desenvolvimento do BIA9 incorridas na Fase III de desenvolvimento. Em consonância, a partir de 2013, os subsídios atribuídos ao BIA9 passaram a ser contabilizados no capital próprio. Em 2016, o dossier entregue na EMA foi aprovado para a comercialização do medicamento na Europa, sob a marca Ongentys, cujo início ocorreu em setembro de 2016. Consequentemente o ativo encontra-se a ser amortizado a partir de igual data. Em 2017, o medicamento foi licenciado para os EUA, em 2018 foi licenciado para a China e Coreia do Sul e em 2019 foi licenciado para Taiwan. Em 2020 iniciou-se a comercialização do medicamento nos EUA, Japão, Coreia do Sul e Suíça. Em 2022, foi assinado acordo de distribuição para Austrália. Em 2023 destaca-se a substituição do distribuidor nos EUA.

As despesas com desenvolvimento inicialmente reconhecidas como custos não são reconhecidas como um ativo em períodos subsequentes.

#### d.2) Programas de computador

São reconhecidos nesta rubrica os programas de computador adquiridos a terceiros.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento dos programas de computador são reconhecidos como gastos quando incorridos por se considerar que não são mensuráveis com fiabilidade e/ou não geram benefícios económicos futuros.

#### d.3) Propriedade industrial

Nesta rubrica encontram-se refletidas as patentes registadas em nome das empresas englobadas na consolidação, relativamente às quais existe o direito exclusivo de utilização, sendo a mais relevante a da Apomorfina (Kynmobi).

#### d.4) Marcas

As marcas referem-se a marcas adquiridas a entidades exteriores.

As marcas geradas internamente não são reconhecidas como ativo.

As marcas com direitos de utilização limitados são amortizadas, numa base constante, durante o período de uso.

#### e) Participações financeiras

A empresa utiliza o modelo do custo para participações financeiras em:

- Subsidiárias excluídas da consolidação;



- Associadas nas quais não foi possível utilizar o método da equivalência patrimonial por existirem restrições severas e duradouras que prejudicam significativamente a capacidade de transferência de fundos para o Grupo;
- Outras entidades nas quais não é obrigada a utilizar o método da equivalência patrimonial nem a consolidação proporcional e onde não tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente participações financeiras em empresas não cotadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

#### **f) Ativos financeiros (exceto participações financeiras)**

Os ativos financeiros são reconhecidos quando se constitui parte na respetiva relação contratual. Os ativos financeiros, que não as participações financeiras, estão valorizados ao custo amortizado, líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano o Grupo avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como o não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que, de outro modo, não consideraria;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros, desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados cada um per se para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de ativos financeiros.

##### **f.1) Clientes**

As contas a receber de clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de vendas e

prestações de serviços descritos na alínea p) sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado menos imparidade, determinada com base nos critérios definidos acima.

##### **f.2) Outras dívidas a receber**

As Outras dívidas a receber encontram-se valorizadas da seguinte forma:

- Devedores por acréscimos de rendimentos - ao valor estimado/contratualizado;
- Outros devedores - ao custo amortizado menos imparidade.

A imparidade, em ambos os casos, é determinada com base nos critérios definidos acima.

##### **f.3) Caixa e Bancos**

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da caixa e bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de “financiamentos obtidos” do balanço.

##### **g) Imposto sobre o rendimento**

###### **g.1) Imposto sobre o rendimento – corrente**

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita cada uma das empresas englobadas na consolidação.

A empresa-mãe e as subsidiárias participadas direta ou indiretamente em pelo menos 90% do respetivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e são tributadas em sede de imposto sobre o rendimento são tributadas no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades, à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal e acrescida de uma taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável entre € 1,5 M e € 7,5 M, de 5% sobre o lucro tributável que exceda os € 7,5 M até € 35 M e de 9% sobre o lucro tributável que exceda os € 35 M.

Nos termos da legislação em vigor nas diversas jurisdições das empresas englobadas na consolidação, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre quatro e cinco anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão

correções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas.

## g.2) Imposto sobre o rendimento – diferido

Os ativos e passivos por impostos diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias (dedutíveis e tributáveis) entre as bases contabilísticas e as bases fiscais dos ativos e passivos do Grupo.

Os ativos por impostos diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os passivos por impostos diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos ativos e passivos por impostos diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais decorrentes da forma como o Grupo espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Os prejuízos e os créditos fiscais suscetíveis de serem utilizados no futuro são reapreciados no final de cada exercício, sendo apenas reconhecidos os ativos por impostos diferidos com possibilidade de recuperação.

Portugal:

Os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023 são deduzidos aos lucros tributáveis dos períodos de tributação posteriores, sem limite temporal. Esta nova regra aplica-se também aos prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores a 1 de janeiro de 2023, cujo período de dedução ainda se encontra em curso naquela data.

A dedução de prejuízos fiscais está limitada a 65% do lucro tributável, não ficando, porém, prejudicada a dedução da parte desses prejuízos que não

tenham sido deduzidos, nas mesmas condições, nos períodos de tributação posteriores.

O referido limite é aumentado para 75% relativamente aos prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021.

Itália e EUA:

O período de dedução dos prejuízos fiscais não tem prazo limite

Moçambique:

O período de dedução dos prejuízos fiscais tem prazo máximo de cinco anos, a partir de 1/1/2017, sendo que para os prejuízos anteriores a essa data, o prazo estipulado é de cinco anos a contar de 1/1/2017.

## h) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

- Produtos acabados** - ao custo de produção, englobando matérias-primas e subsidiárias ao preço médio mais despesas de produção definidas pelos departamentos industrial e de qualidade.
- Produtos intermédios** - ao preço do produto acabado deduzido das embalagens de consumo.
- Produtos e trabalhos em curso** - ao custo dos materiais incorporados, acrescido dos custos industriais de acordo com a fase de fabrico.
- Matérias-primas** - ao custo de aquisição, lote a lote.
- Materiais de embalagem e outros (caixas, rótulos e prospetos)** - ao preço médio de aquisição.

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram.



Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

#### **i) Estado e outros entes públicos**

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

#### **j) Diferimentos ativos e passivos**

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

#### **l) Rubricas do capital próprio**

##### **I.1) Capital subscrito**

Atualmente, todo o capital da BIAL Holding, S.A. está realizado, considerando que existe um prémio de emissão apurado de € 12 500 000.

##### **I.2) Reserva legal**

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

##### **I.3) Outras reservas**

Esta rubrica inclui reservas de reavaliação efetuadas com base nos termos do anterior normativo contabilístico, líquidas dos correspondentes impostos diferidos, e que não são apresentadas na rubrica de excedentes de revalorização pelo facto de a entidade ter adotado o método do custo considerado na data de conversão para o SNC.

As reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diplomas legais, de acordo com tais diplomas, só estão disponíveis para aumentar capital ou cobrir prejuízos incorridos até à data a que se reporta a reavaliação e apenas depois de realizadas (pelo uso ou pela venda).

Esta rubrica inclui também eventuais ganhos por aumentos de justo valor que, de acordo com o nº 2 do art.º 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

**I.4) Resultados transitados**

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas, após respeitadas as condições previstas no art.º 32 e 33 do CSC.

**I.5) Outras variações no capital próprio - Subsídios ao investimento**

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis, líquidos dos respetivos impostos diferidos, que estejam relacionados com ativos tangíveis e intangíveis.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios relativos a investimentos são registados nos capitais próprios, sendo transferidos para resultados (outros rendimentos) ao longo da vida útil dos bens na proporção das amortizações dos respetivos bens subsidiados.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, esta conta é reduzida:

- No que respeita aos subsídios relativos a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, pela imputação, numa base sistemática, a rendimentos durante os períodos necessários para balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- No que respeita a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, pela imputação a rendimentos nos exercícios em seja necessário compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

Estes subsídios não estão disponíveis para distribuição até que sejam imputados a rendimentos durante os períodos necessários para: (i) balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem, ou seja, amortizações e depreciações e/ou (ii) para compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

**I.6) Outras variações no capital próprio – Diferenças de conversão de demonstrações financeiras**

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro.

Esta rubrica reflete as diferenças de transposição de demonstrações financeiras das entidades englobadas na consolidação sempre que a sua moeda funcional (ambiente económico principal no qual operam) não é o Euro e que resultam de, à data de cada balanço:

- Os ativos e passivos em moeda estrangeira serem transpostos pelo uso da taxa de câmbio de fecho;
- Os ganhos e perdas serem transpostos pelo uso da taxa de câmbio à data da transação.

**m) Provisões**

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade, provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte numa saída de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

**n) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso de empréstimos, são também reconhecidos os gastos de transação.

Os passivos financeiros estão valorizados nos termos indicados nas alíneas seguintes.

**n.1) Financiamentos obtidos**

Os financiamentos estão valorizados ao custo amortizado determinado com base no método do juro efetivo. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Subsequentemente, os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui todos os encargos financeiros calculados de acordo com o método do juro efetivo.

Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (parágrafo 37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de taxa de juro fixa ou cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, os respetivos instrumentos financeiros derivados são apresentados, consoante o caso, em “outros ativos financeiros” ou “outros passivos financeiros” e como não correntes ou como correntes, seguindo o critério como o financiamento está apresentado no Balanço.

**n.2) Fornecedores**

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

**n.3) Outras dívidas a pagar**

Os fornecedores de investimentos – contas gerais, estão mensuradas ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo.

As restantes dívidas a pagar estão mensuradas ao custo amortizado.

**n.4) Adiantamentos de clientes**

Os adiantamentos de clientes estão mensurados ao custo amortizado.

**o) Efeito das alterações das taxas de câmbio**

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de câmbio do fecho e a diferença é reconhecida em resultados.

As cotações cambiais usadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras de países fora da zona Euro à data do balanço foram as seguintes:

2023:	Saldos devedores	Saldos credores
CHF	0,928	0,9318
GBP	0,8662	0,8697
USD	1,1038	1,1083
JPY	156,137	156,762
SEK	11,0416	11,0858
CAD	1,4614	1,489

2022:	Saldos devedores	Saldos credores
CHF	0,9841	0,988
GBP	0,8823	0,8859
USD	1,0648	1,0691
JPY	140,448	141,011
SEK	11,1002	11,1446
CAD	1,441	1,4467

As taxas de câmbio médias utilizadas em 2023 e 2022 foram as seguintes:

	2023	2022
GBP	0,86979	0,85276
CHF	0,97180	1,00471
USD	1,08127	1,05305
AOA	747,44911	485,22454
MZN	68,45800	67,21920

**p) Vendas e prestações de serviços**

As vendas e as prestações de serviços são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidade concedidos.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos/serviços inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade (saldo a receber), e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das vendas e das prestações de serviços:

**p.1) Vendas**

O crédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser mensurada com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser mensurados com fiabilidade.

**p.2) Prestações de serviços**

O rédito das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser estimado com fiabilidade o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser mensurada com fiabilidade;

- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Grupo;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser mensurada com fiabilidade; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

O rédito resultante da venda de licenciamento de investigação própria é reconhecido quando os acordos são celebrados e os riscos e benefícios inerentes à exploração da licença são transferidos de forma irreversível para a contraparte, esta não depende do continuado envolvimento da empresa para beneficiar do bem transferido, e a receita recebida não é reembolsável. Para além da venda do licenciamento, os contratos realizados preveem a obtenção de receitas adicionais condicionadas à realização de determinados eventos (“milestones”) que dependem do esforço continuado da empresa. A receita reconhecida corresponde ao justo valor atribuído a cada uma das componentes separadas previstas no acordo de licenciamento quando o “milestone” é atingido. A contabilização dos milestones é efetuada de acordo com o *guidance* da IFRS 15.

O rédito resultante de vendas do Zebinix e do ONgentys para alguns Países da Europa e do Aptiom para os EUA, é estimado e posteriormente validado após conhecido o montante de vendas realizadas pela empresa que comercializa o produto.

#### q) Trabalhos para a própria entidade

As normas contabilísticas preveem que poderão ser adicionados ao custo de um ativo qualificável (em termos simples, os ativos que demoram um período substancial para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para venda), as despesas suportadas com a finalidade de colocar a operar esse ativo, incluindo os encargos financeiros associados suportados nesse período.

A estratégia do Grupo para o desenvolvimento dos projetos de investigação em curso passa por um investimento considerável em recursos internos e não apenas em recursos externos.

Esta rubrica refere-se a projetos de desenvolvimento, efetuados internamente pelas empresas do grupo, e que são capitalizadas em ativo intangível. A mensuração é efetuada ao custo e inclui materiais, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico imputados tendo por base a capacidade normal de produção.

#### r) Benefícios dos empregados

Não estão atribuídos benefícios pós-emprego.

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é

prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “outras dívidas a pagar”.

As distribuições de lucros a empregados são reconhecidas em “gastos com o pessoal” no período a que respeitam e não como uma distribuição de resultados, quando aplicável.

A Empresa deve reconhecer um passivo e um gasto relativo aos benefícios de cessação de emprego na mais antiga das seguintes datas:

- Quando a Empresa já não pode retirar a oferta de tais benefícios; e
- Quando a entidade reconhece os custos de uma reestruturação e que se inscreve no âmbito da NCRF 21 e que implica o pagamento de benefícios de cessação de emprego.

#### s) Subsídios e outros apoios a entidades públicas

O benefício de um empréstimo de uma entidade pública com uma taxa de juro inferior à do mercado é tratado como um subsídio de entidade pública. O empréstimo deve ser reconhecido e aferido em conformidade com a NCRF 27. O benefício da taxa de juro inferior à do mercado deve ser determinado como a diferença entre a quantia escriturada inicial do empréstimo determinada em conformidade com a NCRF 27 e a quantia recebida. O benefício é contabilizado em conformidade com a presente Norma. A entidade deve ter em conta as condições e obrigações que foram, ou devem ser, satisfeitas ao identificar os gastos que o benefício do empréstimo visa compensar.

#### s1) Subsídios à exploração

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis que não estejam relacionados com ativos.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios à exploração são registados na demonstração dos resultados durante os períodos em que são reconhecidos os gastos a compensar.


#### s2) Subsídios ao investimento

Ver nota (I.5).

#### t) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados determinados com base no método da taxa de juro efetiva;
- Juros de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro (*Swap*).



Os custos financeiros de financiamento atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes custos começa após o início de preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompido com o final da produção ou construção do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

**u) Instrumentos financeiros de cobertura**

Só são considerados instrumentos financeiros de cobertura a parte efetiva dos derivados que forem designados como tal e em que a entidade espera que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa no item coberto, atribuíveis ao risco que está a ser coberto, compensarão praticamente as alterações de justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.

Na ausência de orientações detalhadas na NCRF 27 – Instrumentos financeiros sobre a forma de testar e documentar a efetividade da cobertura, as entidades englobadas na consolidação seguem as disposições aplicáveis da IAS 39 – Instrumentos financeiros.

A variação no justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de risco de taxa de juro fixa ou de risco de preço de mercadorias detidas, bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito àquele risco, são reconhecidas em resultados na rubrica “aumentos/reduções por justo valor”.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias no âmbito de um compromisso ou de elevada probabilidade de transação futura são reconhecidas no capital próprio na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros” na sua componente efetiva e em resultados, na rubrica “aumentos/reduções por justo valor”, na sua componente não efetiva. Os valores registados na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros” são transferidos para resultados para a rubrica “aumentos/reduções por justo valor” no período em que o item coberto tiver efeito em resultados.

A componente não efetiva daquelas variações é reconhecida de imediato em resultados. A empresa opta por efetuar esta cobertura através da contratação de financiamentos em moeda estrangeira.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na NCRF 27- Instrumentos financeiros nos termos detalhados na IAS 39 – Instrumentos financeiros.

A parte efetiva dos instrumentos derivados de cobertura são apresentados no balanço em “outros ativos financeiros” ou em “financiamentos obtidos” consoante a sua natureza seja, respetivamente, devedora ou credora, e como não correntes ou como correntes dependendo da rubrica onde os respetivos instrumentos cobertos estão apresentados no balanço.

Se aplicável, instrumentos financeiros derivados não considerados de cobertura vencíveis a curto prazo que são registados em caixa e depósitos bancários. À data de 31 de dezembro de 2023 não existem instrumentos financeiros nestas condições.

#### v) Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados.

Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um passivo contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,

ou

- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
  - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
  - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos.

Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

#### w) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

#### x) Ativos e Passivos não correntes detidos para venda

Esta rubrica inclui ativos não correntes cuja quantia escriturada é recuperada principalmente através de uma transação de venda em lugar de o ser

pelo uso continuado e que satisfazem as seguintes condições:

- Estão disponíveis para venda imediata na sua condição presente, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para a venda de tais ativos (ou grupos para alienação) e
- A sua venda é altamente provável. Isto é:
  - A hierarquia de gestão apropriada está empenhada num plano para vender o ativo (ou grupo para alienação);
  - Foi iniciado um programa para localizar um comprador e concluir o plano;
  - O ativo (ou grupo para alienação) foi amplamente publicitado para venda a um preço que é razoável em relação ao seu justo valor corrente;
  - Espera-se que a venda se qualifique para reconhecimento como venda concluída dentro de um ano a partir da data da classificação.

#### 3.2. Bases de consolidação

O universo empresarial do Grupo é composto pelas subsidiárias descritas na Nota 6.

As associadas são reconhecidas e mensuradas de acordo com os critérios descritos no parágrafo 3.1. (e).

Em obediência ao disposto no art.º 6 do Decreto-lei nº 158/2009, de 15 de julho, que aprovou o SNC, a entidade apresenta contas consolidadas do Grupo constituído por ela própria e por todas as Subsidiárias nas quais: Independentemente da titularidade do capital, se verificar que, em alternativa:

- Pode exercer, ou exerce efetivamente, influência dominante ou controlo;
- Exerce a gestão como se as duas constituíssem uma única entidade;

Sendo titular de capital:

- Tem a maioria dos direitos de voto, exceto quando se demonstrar que esses direitos não conferem o controlo;
- Tem o direito de designar ou de destituir a maioria dos titulares do órgão de gestão de uma entidade com poderes para gerir as políticas financeiras e operacionais dessa entidade;
- Exerce uma influência dominante sobre uma entidade, por força de um contrato celebrado com esta ou de uma outra cláusula do contrato social desta;
- Detém pelo menos 20 % dos direitos de voto e a maioria dos titulares do órgão de gestão de uma entidade com poderes para gerir as políticas financeiras e operacionais dessa entidade, que tenham estado em funções durante o exercício a que se reportam as demonstrações financeiras consolidadas, bem como, no exercício precedente e até



ao momento em que estas sejam elaboradas, tenham sido exclusivamente designados como consequência do exercício dos seus direitos de voto;

- Dispõe, por si só ou por força de um acordo com outros titulares do capital desta entidade, da maioria dos direitos de voto dos titulares do capital da mesma.

A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se existe ou não controlo.

As subsidiárias são consolidadas pelo método da consolidação integral desde a data de aquisição sendo esta a data na qual o Grupo obtém controlo, e continuam a ser consolidadas até à data em que o controlo deixa de existir.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são preparadas a partir da mesma data de relato que a casa-mãe, usando políticas contabilísticas consistentes.

Todos os saldos e os ganhos e perdas ainda não realizados resultantes de transações intragrupo são eliminados por inteiro.

Os interesses minoritários são apresentados separadamente.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição, adicionados dos gastos diretamente atribuíveis à aquisição.

O excesso do custo de aquisição relativamente à parcela do Grupo no justo valor dos ativos líquidos identificáveis e passivos contingentes adquiridos é reconhecido como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior àquele justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados no exercício em que é apurada, depois de reavaliar o processo de identificação e mensuração do justo valor dos ativos líquidos e passivos contingentes.

No processo de consolidação, as transações, saldos e ganhos não realizados em transações intragrupo e dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência da existência de imparidade nos ativos transferidos e ainda não alienados.

As políticas contabilísticas utilizadas pelas subsidiárias na preparação das suas demonstrações financeiras individuais são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Às diferenças temporárias que surgem da eliminação dos resultados provenientes de transações intragrupo é aplicado o disposto na NCRF 25 — Impostos sobre o rendimento.

O capital próprio e o resultado líquido das subsidiárias que são detidos por terceiros alheios ao Grupo, são apresentados nas rubricas de “interesses minoritários” no balanço consolidado (de forma autónoma dentro do capital próprio) e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente. Na data de cada concentração das atividades empresariais, os valores atribuíveis aos minoritários são determinados aplicando a percentagem de interesse detida por eles ao justo valor dos ativos líquidos identificáveis e passivos contingentes adquiridos.

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas minoritários excedem o seu interesse no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os minoritários têm a obrigação e são capazes de cobrir esses prejuízos. Se e quando a subsidiária reporta lucros, o Grupo apropria todos os lucros, até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Uma entidade estando sujeita ao SNC é obrigada a preparar demonstrações financeiras consolidadas em Euro independentemente de a moeda funcional de algumas empresas do grupo não ser o Euro.

Não houve alterações na moeda funcional nem em relação à casa-mãe nem em relação a cada uma das unidades operacionais estrangeiras significativas.

### 3.3. Principais julgamentos e estimativas utilizados na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o SNC, o Conselho de Administração do Grupo utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

Os efeitos reais podem diferir dos julgamentos e estimativas efetuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos gastos e rendimentos que venham realmente a ocorrer. Nestas circunstâncias, é de realçar o seguinte:

#### a) Reconhecimento de receitas de licenciamento a terceiros

Os contratos de licenciamento celebrados são complexos, envolvem “múltiplos elementos” e incluem geralmente:

- Recebimentos iniciais não reembolsáveis;
- Recebimentos adicionais condicionadas à ocorrência de eventos com alguma incerteza (“milestones”);
- Royalties;

- Determinação do preço do futuro fornecimento de matéria-prima ou produto acabado.

Para que a receita de licenciamento seja inteiramente reconhecida no momento do recebimento é necessário avaliar se o bem entregue tem um valor intrínseco “stand-alone value” para a contraparte. Esta avaliação requer um julgamento extensivo, endereçando questões como, por exemplo, saber se tem a contraparte a experiência e competências necessárias para desenvolver o produto com vista à futura comercialização, sem os serviços de BIAL e/ou se há outros fornecedores de I&D que possam fornecer esses serviços adicionais de desenvolvimento.

Para que um determinado evento seja considerado de “milestone” é necessário que tenha alguma incerteza associada à sua ocorrência e que esteja dependente do desempenho da entidade ou de um determinado resultado originado pelo desempenho da entidade, para além de ter de originar o direito a receber pagamentos adicionais. Estes pagamentos devem cumprir os seguintes critérios:

- São compagináveis com o desempenho da entidade para atingir o milestone ou o valor acrescentado ao item entregue como consequência do facto do milestone ter sido atingido;
- São relacionados unicamente com eventos passados; e
- São razoáveis quando comparados com todos os pagamentos e todas as restantes entregas previstas no acordo.

Torna-se, por isso, necessário realizar uma análise detalhada de cada um dos “múltiplos elementos” previstos nos contratos e do contrato como um todo para determinar qual a alocação de receita a cada um dos “elementos” identificados.

## b) Projetos de desenvolvimento

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.1-d. A capitalização inicial do custo baseia-se no julgamento do Conselho de Administração de que se confirma a exequibilidade técnica e económica normalmente quando um projeto de desenvolvimento de um produto alcançou um marco de acordo com o modelo de projeto estabelecido pelo Conselho de Administração (geralmente a entrada na Fase III). Na determinação das quantias a serem capitalizadas, o Conselho de Administração faz suposições acerca dos esperados fluxos de caixa que serão gerados no futuro pelo projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e período esperado de benefícios.

O Zebinix – primeiro medicamento (antiepilético) de investigação própria lançado no mercado por uma empresa portuguesa - obteve a autorização das autoridades europeias, em fevereiro de 2009, ratificada pela Comissão Europeia em abril de 2009, e começou a ser comercializado em setembro de 2009 (em Portugal em abril de 2010), estando atualmente a ser comercializado na Europa.

Nos EUA, obteve-se a atribuição da autorização por parte da FDA para o Aptiom (marca do medicamento antiepilético no mercado americano) em novembro de 2013, tendo-se iniciado a comercialização nos EUA em abril de 2014.

A aprovação inicial obtida na Europa destina-se ao uso de Zebinix em doentes refratários, como adjuvante, ou seja, o Zebinix é prescrito a doentes que utilizam um outro medicamento de combate à epilepsia e, posteriormente, foi aprovado o uso em “monoterapia” em consequência da aprovação obtida em 2017. Também é usado em pediatria desde 2017. A aprovação inicial obtida nos EUA para o Aptiom abrange o uso em doentes refratários, como adjuvante e, posteriormente, o uso em “monoterapia”, em consequência da aprovação obtida em 2015.

O novo medicamento para a doença de Parkinson (opicapone) encontra-se licenciado para o Japão desde 2012, tendo sido licenciado para os EUA em 2017.

O início da comercialização na Europa ocorreu em 2016. Em 2020 iniciou-se a comercialização nos EUA, Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Suíça.

Em 2020 foi adquirido um conjunto de ativos intangíveis relativos a projetos de investigação na área da doença de Parkinson (BIA 28), incluindo direitos de propriedade intelectual sobre os mesmos.

Nos últimos anos foi dada sequência às atividades de I&D do BIA 28, sendo neste momento o projeto com maior alocação de capital.

Fruto da estratégia de se tornar um parceiro europeu na área das neurociências, em 2022 a BIAL assinou um acordo de licenciamento exclusivo com a farmacêutica norte-americana Sunovion Pharmaceuticals Inc. (Sunovion), uma subsidiária da Sumitomo Dainippon Pharma Co., Ltd., para a comercialização do filme sublingual de apomorfina na União Europeia, Espaço Económico Europeu e no Reino Unido.

A apomorfina sublingual é uma nova formulação da apomorfina em filme que se dissolve debaixo da língua para o tratamento agudo e intermitente dos períodos OFF da doença de Parkinson.

Nos termos do acordo estabelecido, a BIAL é responsável pelo processo de aprovação e submissão regulamentar, incluindo as interações com a Agência Europeia de Medicamentos. A BIAL perspetiva iniciar a sua comercialização em 2024.

Como parte do acordo, a Sunovion recebeu um pagamento inicial pela concessão da licença, decorrendo futuros pagamentos na sequência do processo de aprovação e comercialização deste medicamento, associado a volumes de vendas.

## c) Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que o Grupo opera. Ver ponto 3.1 a) relativamente à alteração das vidas úteis de imobilizado.

No caso particular dos projetos de desenvolvimento, o período de vida útil atribuído excede o prazo de proteção das patentes, tendo sido relevante a informação histórica existente na indústria sobre medicamentos similares e o grau de penetração dos genéricos para aferir a vida útil estimada.

O Conselho de Administração entende que o período de vida útil de 20 anos atribuído ao Aptiom/Zebinix e o Ongentys corresponde a uma estimativa prudente, no sentido em que se prevê que a sua comercialização continue na década de 30.

De acordo com as alterações ao normativo contabilístico (ver nota 2), a Empresa passou a amortizar a *goodwill* a partir de 2016 por um período de 10 anos.

#### d) Impostos diferidos ativos

São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis e créditos fiscais na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta os benefícios fiscais à Investigação e Desenvolvimento, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos, tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de otimização fiscal futuras.

A recuperação dos impostos diferidos tem como pressuposto subjacente, a previsão de vendas de Aptiom/Zebinix, a obtenção de novas receitas previstas no contrato de licenciamento do novo medicamento para a doença de Parkinson para os EUA, Japão e resto do mundo, a previsão de vendas/milestones do BIA 28 bem como a revisão da relação entre empresas do Grupo e repartição de gastos e rendimentos.

#### e) Imparidade de ativos não financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos o custo de venda e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos o custo de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços

observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento que não inclui atividades de reestruturação, relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

No que diz respeito aos ativos intangíveis (projetos de desenvolvimento), as variáveis mais sensíveis no teste de imparidade são:

- Período de proteção da patente;
- Receitas de licenciamento estimadas;
- Quota de mercado em cada país;
- Preços aprovados em cada país.

#### f) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

#### g) Provisões

O reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo do Grupo, pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### 4. Fluxos de Caixa

O saldo de Caixa e seus equivalentes, constante da demonstração de fluxos de caixa é assim decomposto:

Descrição	2023	2022
Numerário	59.418	73.966
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	72.078.164	49.278.921
Depósitos a prazo	937.551	5.968.330
<b>Disponibilidades constantes do balanço</b>	<b>73.075.133</b>	<b>55.321.217</b>
<b>Caixa e seus equivalentes</b>	<b>73.075.133</b>	<b>55.321.217</b>

O Grupo possui negociados e não utilizados com diversas instituições financeiras descobertos bancários no montante de € 28,9 M, estando o montante totalmente disponível para utilização.

## 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se regista qualquer alteração em estimativas contabilísticas, com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos.

Não se regista qualquer erro material de períodos anteriores.

## 6. Empresas incluídas na consolidação

As demonstrações financeiras compreendem as seguintes empresas, todas elas detidas diretamente ou indiretamente por BIAL-Holding, S.A..

Empresa:	Sede:	Cap. Social	% detida pelo Grupo
BIAL - Portela & C <sup>a</sup> , S.A.	Trofa	EUR 50 000 000	100%
MediBIAL, S.A.	Trofa	EUR 50 000	100%
BIALport, S.A.	Trofa	EUR 50 000	100%
InterBIAL, S.A.	Trofa	EUR 50 000	100%
BIAL OTC, S.A.	Trofa	EUR 50 000	100%
Novipharma, S.A.	Nyon	CHF 111 100	90%
Laboratorios BIAL, S.A.	Madrid	EUR 60 200	99.94%
Medimport, Lda	Maputo	MZM 7 000 000	100%
BIAL Angola, S.A.	Luanda	USD 20 000	100%
BIAL América Latina, S.A.	Panamá	USD 10 000	100%
BIAL Pharma UK Limited	Windsor	GBP 100 000	100%
BIAL Deutschland GmbH	Mörfelden-Walldorf	EUR 25 000	100%
BIAL Italia S.R.L	Milão	EUR 25 000	100%
BIAL, S.A.	Nyon	CHF 100 000	100%
BIAL - R&D INVESTMENTS, S.A.	Trofa	EUR 8 000 000	100%
BIAL - BIOTECH INVESTMENTS INC	Cambridge (USA)	USD 2 000 000	100%

## 7. Empresas excluídas de consolidação integral

Todas as empresas do Grupo foram incluídas na consolidação integral.

## 8. Goodwill

A *goodwill* diz respeito às seguintes participações:

	ANO DE AQUISIÇÃO	2023	2022
BIAL - Portela & C <sup>a</sup> , S.A.	2001-2003	3.396.275	5.094.412

O *goodwill* de BIAL – Portela & C<sup>a</sup>, S.A. é amortizado em dez anos, a partir de 2016.

## 9. Alteração das empresas incluídas na consolidação

Nenhuma alteração no exercício de 2023.

## 10. Imposto sobre lucros

Impostos diferidos	Base	Ativos	Passivos	Efeito Líquido
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2022</b>				
Reavaliação livre de terrenos - Portugal	-6 583 250	0	1 477 472	-1 477 472
Ajustamentos e provisões - Portugal (b)	14 534 596	3 270 282	0	3 270 282
Diferenças temporárias - Espanha		968 385	352 583	615 802
Diferenças temporárias - Itália	502 154	135 597		135 597
Diferenças temporárias - Suíça	509 527	70 315		70 315
Dif temporária - Itália/Espanha/Suíça (c)	20 372 500	4 583 813	0	4 583 813
Créditos fiscais - Itália	5 878 408	1 410 818	0	1 410 818
Diferenças temporárias - Medimport	330 192	98 763	89 838	8 925
Diferenças temporárias - Bial UK	-4 944		861	-861
Instrumentos financeiros - Portugal	401 473	0	90 331	-90 331
Créditos fiscais - Espanha	3 812 978	144 564	0	144 564
Créditos fiscais - Portugal (a)		57 836 258	0	57 836 258
		68 518 795	2 011 085	66 507 709
<b>Movimento do ano, líquido</b>				
Impacto na DR				
Ajustamentos e provisões - Portugal (b)	9 783 328	2 201 249		2 201 249
Diferenças temporárias - Espanha	3 349 940	705 127	-132 358	837 485
Diferenças temporárias - Itália	269 295	64 631		64 631
Diferenças temporárias - Suíça	-151 224	-20 869		-20 869
Dif temporária - Itália/Espanha/Suíça (c)	-1 315 000	-295 875		-295 875
Créditos fiscais - Itália		-195 565		-195 565
Diferenças temporárias - Medimport	1 283 733	410 795		410 795
Diferenças temporárias - Bial UK	2 478		471	-471
Créditos fiscais - Espanha		-144 564		-144 564
Créditos fiscais - Portugal (a)	-13 186 544	-13 186 544		-13 186 544
Subtotal (1)		-10 461 616	-131 887	-10 329 729
Sem impacto na DR				
Diferenças temporárias - Medimport	3 884	-17 264	-18 507	1 243
Diferenças temporárias - Bial UK			17	-17
Instrumentos financeiros - Portugal	401 473		-90 330	90 330
Créditos fiscais - Portugal (a)	1 230 990	1 230 990		1 230 990
Subtotal (2)		1 213 726	-108 820	1 322 547
<b>Total (1)+(2)</b>		<b>-9 247 890</b>	<b>-240 707</b>	<b>-9 007 182</b>

Impostos diferidos	Base	Ativos	Passivos	Efeito Líquido
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2023</b>				
Reavaliação livre de terrenos - Portugal	-6 583 250	0	1 477 472	-1 477 472
Ajustamentos e provisões – Portugal (b)	24 317 924	5 471 531		5 471 531
Diferenças temporárias – Espanha		1 673 512	220 225	1 453 287
Diferenças temporárias – Itália	771 449	200 228		200 228
Diferenças temporárias – Suíça	358 302	49 446		49 446
Dif temporária – Itália/Espanha/Suíça (c)	19 057 500	4 287 938		4 287 938
Créditos fiscais - Itália		1 215 253		1 215 253
Diferenças temporárias – Medimport	1 315 506	492 293	71 331	420 962
Diferenças temporárias – Bial UK	-2 467		1 349	-1 349
Créditos fiscais – Portugal (a)		45 880 704		45 880 704
		59 270 905	1 770 378	57 500 527
Créditos fiscais – Portugal (a)		57 836 258	0	57 836 258
		<b>68 518 795</b>	<b>2 011 086</b>	<b>66 507 709</b>

(a) Relativamente ao crédito fiscal de I&D (SIFIDE) acresceu-se o montante de 2023, efetuou-se o acerto do crédito fiscal de 2021 e 2022 e *write-off* da maior parte do IDA relativo ao SIFIDE de 2016, atualizando-se o montante que é expectável recuperar. Adicionalmente, reduziu-se o montante de prejuízos fiscais pela utilização no ano.

(b) Inclui imparidade constituída para o projeto de desenvolvimento do BIA2 na área da dor neuropática, respetivamente neuralgia pós-herpética e diabética e para o projeto de desenvolvimento do BIA12 (nota 12). Adicionalmente imparidade de outras contas a receber, provisões e imparidade de inventários.

(c) Consiste nos impostos diferidos gerados pelo licenciamento de BIAL-Portela do medicamento Ongentys para as filiais espanhola, italiana e suíça.

Reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente	Montante
<b>Imposto corrente:</b>	
Resultado antes de impostos	42 017 380
Diferenças permanentes	1 769 595
Diferenças temporárias	14 105 036
Resultado tributável	57 892 011
Taxa de imposto (Sede)	21%
Outras diferentes bases	10%-32%
	<b>Coleta</b>
	3 528 421
Tributações autónomas e derrama	1 226 023
	<b>(I) Imposto corrente</b>
	<b>4 754 444</b>
<b>Imposto diferido:</b>	
Movimento no período	10 329 729
	<b>(II) Imposto diferido</b>
	<b>10 329 729</b>
Imposto sobre rendimento do exercício (I) + (II)	<b>15 084 173</b>

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que existe razoável segurança de que são gerados lucros futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Seguidamente, apresentamos o detalhe dos créditos fiscais de Portugal (em milhares de euros) e o respetivo prazo de expiração:

DESCRIÇÃO	ANO	MONTANTE	PRAZO EXPIRAÇÃO
SIFIDE	2014	3 394	2024
SIFIDE	2015	8 558	2025
SIFIDE	2016	7 958	2026
SIFIDE	2017	7 362	2027
SIFIDE	2018	9 485	2028
SIFIDE	2019	6 854	2029
SIFIDE	2020	5 441	2030
SIFIDE	2021	7 751	2030
SIFIDE (*)	2022	4 889	2030
SIFIDE (*)	2023	4 620	2031
<b>TOTAL</b>		<b>66 311</b>	

\*SIFIDE estimado.

Em dezembro de 2023, existem créditos fiscais (SIFIDE) disponíveis, no montante de € 66,3 M, a que correspondem impostos diferidos ativos potenciais no mesmo montante. No entanto, apenas foram reconhecidos impostos diferidos ativos no valor de € 42,1 M, tendo em conta as projeções de lucros fiscais futuros até ao prazo de expiração dos créditos fiscais (cenário conservador).

De acordo com a legislação em vigor, em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, seis anos em caso de prejuízo fiscal e utilização de créditos fiscais (cinco anos a partir de 2002; dez anos para a Segurança Social).

Deste modo, as declarações fiscais da empresa, dos anos de 2020 a 2023, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a empresa considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.



## 11. Clientes

	2023	2022
<b>Subsidiárias portuguesas:</b>		
Clientes armazenistas	3.326.763	1.553.511
Clientes laboratórios	4.972.479	4.105.520
Clientes estrangeiros	27.841.174	17.055.558
Outros	76.493	172.392
	<b>36.216.910</b>	<b>22.886.980</b>
<b>Subsidiárias estrangeiras:</b>		
Clientes de Espanha	7.764.102	7.124.807
Clientes de Angola	869.060	1.781.523
Clientes de Moçambique	1.816.026	1.844.287
Clientes de Itália	2.075.418	2.109.884
Clientes da Suíça	409.190	329.543
Clientes Novipharma	6.607.262	1.092.764
<b>Total sem imparidade</b>	<b>55.757.968</b>	<b>37.169.789</b>
<b>Total Clientes</b>	<b>45.587.411</b>	<b>36.089.058</b>

No final de 2023 foi celebrado um contrato de factoring grupado, sem recurso, tendo sido adiantados € 18,7 M (2022: € 11,3 M).

Está constituída uma imparidade global de € 10 170 557, da qual € 9 744 977 é originária das subsidiárias localizadas em Portugal, € 197 530 da subsidiária localizada em Angola; € 5 393 da subsidiária localizada em Itália e € 222 657 da subsidiária localizada em Moçambique. Em 2022 a imparidade global ascendeu a € 1.114.839) – Nota 19.

**12. Investimentos**

O movimento ocorrido nas rubricas de investimentos e respetivas amortizações e ajustamentos é demonstrado no quadro seguinte.

**a) Ativo bruto**

RÚBRICAS	2023			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. E ABATES	SALDO FINAL
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>				
Terrenos e recursos naturais	12.406.207	0	-47.582	12.358.625
Edifícios e outras construções	34.844.744	780.656	126.761	35.752.162
Equipamento básico	42.465.727	392.179	187.789	43.045.695
Equipamento de transporte	1.141.861	10.721	-197.158	955.425
Equipamento administrativo	13.216.986	277.160	173.809	13.667.955
Outros ativos fixos tangíveis	1.713.960	113.065	-2.076	1.824.949
Imobilizações em curso	7.544.039	4.889.343	-1.292.837	11.140.545
Adiantamentos a fornecedores de investimento	3.049.558	1.112.015	-3.529.022	632.551
	<b>116.383.083</b>	<b>7.575.140</b>	<b>-4.580.315</b>	<b>119.377.907</b>
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>				
Projetos de desenvolvimento	349.890.071	218.687	0	350.108.758
Propriedade industrial	47.649.942	976.586	56.000	48.682.528
Outros ativos intangíveis	1.000.883	141.953	2.149.081	3.291.917
Ativos intangíveis em curso	9.441.871	14.099.022	-59.610	23.481.282
Goodwill	16.981.372	0	0	16.981.372
	<b>424.964.138</b>	<b>15.436.247</b>	<b>2.145.471</b>	<b>442.545.857</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>				
Partes de capital em outras empresas	114.820	0	0	114.820
Outras aplicações financeiras	701.835	62.999	-316.485	448.348
	<b>816.655</b>	<b>62.999</b>	<b>-316.485</b>	<b>563.168</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>542.163.876</b>	<b>23.074.385</b>	<b>-2.751.329</b>	<b>562.486.932</b>

Após o forte investimento de 2022 na ampliação das estruturas de produção e armazenagem, bem como a nova fábrica de antibióticos, edifício social e administrativo, em 2023 o investimento total ascendeu a € 7,5 M, sendo os montantes mais relevantes relativos à obra de melhoria da área de aviamento e amostragem (€ 3M), à finalização de algumas obras no edifício social e da sede (€ 0,8M) e equipamento produtivo (€ 0,4M).

Os aumentos no ativo intangível incluem, essencialmente, o pagamento de € 9,3 M em milestones à LTI, pela iniciação dos estudos clínicos Fase 2 do projeto BIA 28, assim como € 4,2 M relativos ao acordo de licenciamento da apomorfina.

As Partes de Capital são constituídas pelos seguintes investimentos:

- € 24 940 no Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica (IBET);
- € 49 880 na Escola de Gestão do Porto (EGP), atual Porto Business School;
- € 15 000 na COTEC Portugal
- € 25 000 Fundação AEP

A diminuição em Outras Aplicações Financeiras refere-se a verbas relativas para o Fundo de Compensação do Trabalho, tendo os reforços de FCT terminado em abril de 2023, de acordo com a legislação em vigor.

RÚBRICAS	2022			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. E ABATES	SALDO FINAL
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>				
Terrenos e recursos naturais	12.406.207	0	0	12.406.207
Edifícios e outras construções	24.434.574	29.270	10.380.900	34.844.744
Equipamento básico	34.048.377	745.500	7.671.850	42.465.727
Equipamento de transporte	873.744	268.117	0	1.141.861
Equipamento administrativo	11.530.370	769.275	917.341	13.216.986
Outros ativos fixos tangíveis	1.713.782	17.084	-16.906	1.713.960
Ativos tangíveis em curso	9.462.063	14.088.582	-16.006.607	7.544.039
Adiantamentos a fornecedores de investimento	2.440.887	4.482.373	-3.873.701	3.049.558
	<b>96.910.004</b>	<b>20.400.201</b>	<b>-927.123</b>	<b>116.383.083</b>
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>				
Projetos de desenvolvimento	349.278.618	611.453	0	349.890.071
Propriedade industrial	48.140.742	632.780	-1.123.580	47.649.942
Outros ativos intangíveis	753.416	247.468	0	1.000.883
Ativos intangíveis em curso	8.310.372	1.145.350	-13.852	9.441.871
Goodwill	16.981.372	0	0	16.981.372
	<b>423.464.519</b>	<b>2.637.051</b>	<b>-1.137.431</b>	<b>424.964.138</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>				
Partes de capital em outras empresas	114.820	0	0	114.820
Outras aplicações financeiras	581.473	120.362	0	701.835
	<b>696.293</b>	<b>120.362</b>	<b>0</b>	<b>816.655</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>521.070.816</b>	<b>23.157.614</b>	<b>-2.064.554</b>	<b>542.163.876</b>

## b) Depreciações e Amortizações

RÚBRICAS	2023			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. E ABATES	SALDO FINAL
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	17.742.496	723.235	-246.455	18.219.276
Equipamento básico	25.055.014	1.477.418	-1.848.372	24.684.060
Equipamento de transporte	760.928	1.722	-52.264	710.386
Equipamento administrativo	10.713.370	645.827	-18.718	11.340.479
Outros ativos fixos tangíveis	1.515.496	22.190	-2.394	1.535.292
	<b>55.787.303</b>	<b>2.870.393</b>	<b>-2.168.203</b>	<b>56.489.493</b>
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>				
Projetos de desenvolvimento	183.238.990	21.139.855	0	204.378.845
Propriedade industrial	41.415.476	2.333.447	0	43.748.924
Outros ativos intangíveis	723.239	39.116	0	762.355
Goodwill	11.886.960	1.698.137	0	13.585.097
	<b>237.264.665</b>	<b>25.210.556</b>	<b>0</b>	<b>262.475.221</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>293.051.968</b>	<b>28.080.949</b>	<b>-2.168.203</b>	<b>318.964.714</b>

De realçar a amortização no ano do projeto de desenvolvimento do medicamento Zebinix para as áreas terapêutica antiepilética adjuvante, “monoterapia” e pediatria (€ 5 379 359, € 7 329 004 e € 2 146 263, respetivamente, e de igual valor no ano anterior), cuja comercialização se iniciou em 2009, 2015 e 2017, respetivamente. Salientamos ainda a amortização no ano do projeto de desenvolvimento do medicamento Ongentys para a doença de Parkinson (€ 3 893 148), cuja comercialização se iniciou em 2016.

RÚBRICAS	2022			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. E ABATES	SALDO FINAL
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	17.158.350	585.783	-1.636	17.742.496
Equipamento básico	24.295.553	815.016	-55.555	25.055.014
Equipamento de transporte	594.170	166.758	0	760.928
Equipamento administrativo	10.429.554	313.621	-29.805	10.713.370
Outros ativos fixos tangíveis	1.508.275	18.768	-11.547	1.515.496
	<b>53.985.901</b>	<b>1.899.946</b>	<b>-98.544</b>	<b>55.787.303</b>
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>				
Projetos de desenvolvimento	162.172.019	21.066.971	0	183.238.990
Propriedade industrial	39.573.932	1.852.456	-10.912	41.415.476
Outros ativos intangíveis	676.768	46.471	0	723.239
Goodwill	10.188.823	1.698.137	0	11.886.960
	<b>212.611.542</b>	<b>24.664.035</b>	<b>-10.912</b>	<b>237.264.665</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>266.597.443</b>	<b>26.563.981</b>	<b>-109.455</b>	<b>293.051.968</b>

## c) Imparidade

DESCRIÇÃO	IMPARIDADES	AUMENTO	RECLASSIFICAÇÃO	REVERSÃO	TOTAL
Projetos de desenvolvimento	13.651.609	0	627.238	2.902.505	11.376.342
Propriedade industrial	1.418.545	0	-627.238	6.922	784.385
Em curso	548.516	1.086.354	0	0	1.634.870
<b>TOTAL</b>	<b>15.618.670</b>	<b>1.086.354</b>	<b>0</b>	<b>2.909.427</b>	<b>13.795.597</b>

Encontra-se registadas perdas por imparidade de € 5 801 094 e € 5 575 148, relativas, respetivamente, ao projeto de desenvolvimento do BIA2 na área da dor neuropática neuralgia diabética e da dor neuropática neuralgia pós-herpética, que correspondem ao total do custo do investimento líquido de amortização.

Em 2022, a BIAL decidiu descontinuar os projetos de investigação BIA12, BIA19 e BIA25. Foi registada uma perda por imparidade, que em 2023 ascende a € 1 306 950.

Em 2023, foram ainda constituídas imparidades para os projetos BIA21 e Anamorelin, cujos montantes são € 386 354 e € 700 000 (€ 128 100 em BIAL Portela, € 571 900 em BIAL Espanha), respetivamente.

A imparidade dos ativos intangíveis é testada anualmente. Dado que estes ativos não geram só por si fluxos de caixa, são imputados às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) a que pertencem por forma a determinar o respetivo valor de uso.





O valor de uso do ativo intangível é determinado utilizando projeções de fluxos de caixa, as quais têm em conta as receitas provenientes da comercialização dos medicamentos e as receitas provenientes de “milestones”, deduzidas das despesas de desenvolvimento associadas.

O cálculo do valor descontado (método dos “Discounted Cash-Flows”) é especialmente sensível às seguintes variáveis:

- Quota de mercado durante o período orçamental;
- Margem bruta;
- Taxa de crescimento;
- Período de vida útil;
- Taxas de desconto – 8,13% (tendo em conta nomeadamente que ativos intangíveis têm um risco associado superior). De referir que o aumento das taxas de juro impactou negativamente a taxa de desconto e que, ainda assim, existe uma margem de segurança significativa pelos testes de imparidade efetuados aos custos capitalizados do BIA 2, BIA 9 e BIA 28.

O valor de uso dos ativos tangíveis é determinado, quando existem indícios de imparidade, utilizando projeções de fluxos de caixa de orçamentos para cinco anos aprovados pela administração e não têm em conta eventuais atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da UGC que está a ser testada.

Os resultados do teste indicam que o valor recuperável dos ativos é bastante superior ao valor contabilístico.

A forma de agregar ativos para identificar as unidades geradoras de caixa não se alterou desde o último exercício.

Parte dos ativos intangíveis foram adquiridos beneficiando de subsídios do Governo.

#### **d) Outros ativos financeiros – ativo corrente**

O montante em “Outros ativos financeiros” refere-se, em 2022, ao justo valor do SWAP taxa fixa, instrumento de cobertura.

Os ativos incluídos nesta rubrica venceram a outubro de 2023, pelo que o montante à data de fecho é zero.

### **13. Ativos em poder de terceiros**

#### **a) Ativos em poder de terceiros**

O valor do stock em poder de terceiros pertencente a BIAL Portela, a 2023.12.31, ascende a € 6 425 809 (€ 24 453 497 em 2022: € 21 170 531 de Portugal e € 3 282 966 da Suíça - Novipharma) constituído, essencialmente, por matéria-prima para a produção de Zebinix/Aptiom e ONgentys, por parte das empresas subcontratadas para o efeito.

**b) Inventários**

A 31 de dezembro de 2023, a decomposição da rubrica de inventários é a seguinte:

2023			
	Valor bruto	Imparidade	Total
Mercadorias	15.497.128	-480.836	15.016.291
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	96.126.149	-2.704.723	93.421.426
Produtos e trabalhos em curso	4.872.988	-485.816	4.387.172
Produtos acabados e intermédios	10.520.791	-9.696	10.511.094
<b>TOTAL</b>	<b>127.017.055</b>	<b>-3.681.072</b>	<b>123.335.983</b>
2022			
	Valor bruto	Imparidade	Total
Mercadorias	13.988.662	-136.327	13.852.334
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	88.430.509	-404.723	88.025.786
Produtos e trabalhos em curso	3.416.063	-485.816	2.930.247
Produtos acabados e intermédios	8.668.431	-9.696	8.658.735
<b>TOTAL</b>	<b>114.503.664</b>	<b>-1.036.563</b>	<b>113.467.101</b>

**14. Outras créditos a receber e outras dívidas a pagar****a) Ativos**

	2023	2022
Outros créditos a receber	25.356.271	27.233.758
<b>Longo prazo</b>	<b>25.356.271</b>	<b>27.233.758</b>
Adiantamentos a fornecedores	9.154.199	3.352.852
Depósito caucional – Bial Itália	2.527.564	2.531.182
Outros	6.965.218	6.526.096
<b>Curto prazo sem imparidade</b>	<b>18.646.981</b>	<b>12.410.131</b>

Está constituída uma imparidade de € 34 108 (2022: € 34 108).

Com vista a assegurar o plano de expansão comercial de Ongentys, a Novipharma celebrou um contrato para garantia de produção da matéria-prima, alinhada com o crescimento previsto no plano estratégico. Este acordo justifica o montante registado em outros créditos a receber, sendo € 25,4 M (2022: € 27,2 M) classificado como “Longo Prazo” (valor proporcional ao fornecimento de matéria-prima após 2023) e € 3,9 M (2022: € 4 M) classificado como “Curto Prazo”, incluído na linha “Outros”.

O depósito caucional – BIAL Itália diz respeito ao valor cativo para eventuais incumprimentos no âmbito de concursos hospitalares.

**b) Passivos**

Inclui, no médio e longo prazo, € 5 984 017 de impostos diferidos passivos sobre subsídios, em conformidade com FAQ emitida pela CNC.

**15. Estado e Outros Entes Públicos**

	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IRC	1.510.858	-1.584.063	356.657	-1.981.747
IRS	0	-888.109	0	-936.965
IVA	1.640.248	-836.014	4.470.921	-1.299.725
Segurança Social	0	-1.037.677	0	-1.104.821
Outros impostos	2.653	-63.978	11.921	-63.796
<b>TOTAL</b>	<b>3.153.759</b>	<b>-4.409.841</b>	<b>4.839.498</b>	<b>-5.387.055</b>

Não há dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

**16. Diferimentos e acréscimos****a) Ativos**

	2023	2022
Devedores por acréscimos de rendimentos	5.456.328	7.555.806
Gastos a reconhecer	3.095.241	2.068.330

O saldo da rubrica Devedores por acréscimos de rendimento inclui: (i) € 4,2 M (2022: € 4,2 M), relativo a verbas a receber do Portugal 2020 por participações financeiras em projetos de investigação e desenvolvimento; (ii) € 1,3 M (2022: € 2,1 M) para a Glaxo, Takeda e UCB (2022: € 2,1 M) de 2023, a serem faturados em 2024.

Na rubrica de gastos a reconhecer encontram-se registados diversos valores já pagos, mas referentes ao exercício de 2024.

**b) Passivos**

A rubrica “Outros passivos” pode ser detalhada no quadro seguinte:

	2023	2022
Remunerações a liquidar	10.083.961	7.832.342
Juros a liquidar	1.546.220	701.587
Outros	16.756.387	13.896.626
<b>TOTAL</b>	<b>28.386.568</b>	<b>22.430.556</b>

O saldo de outros acréscimos de gastos corresponde essencialmente a:

- documentos datados de 2024 relativos a gastos ocorridos em 2023 num total de € 6,9 M (€ 3,2 M em BIAL Portela, € 2,7 M em BIAL Espanha, € 1 M em BIAL R&D);

- montantes relativos a sick funds\* no mercado alemão, cerca de € 3,4 M (2022: € 2,7 M), assim como valor a pagar no âmbito das vendas de Edistride e Ebymect, de € 4,2 M (2022: € 1,2 M).

\*Descontos acordados com entidades que fazem garantir o acesso mais fácil e económico a Zebinix por parte do utente.

## 17. Financiamentos obtidos

	Médio Longo Prazo 2023	Curto Prazo 2023	TOTAL 2023	TOTAL 2022
Descoberto bancário	0	0	0	0
Financiamentos bancários	63.571.429	18.582.808	82.154.236	84.991.970
Empréstimo obrigacionista	55.714.286	34.285.714	90.000.000	82.500.000
Subsídios reembolsáveis	7.683.280	1.422.852	9.106.132	8.018.829
<b>TOTAL</b>	<b>126.968.994</b>	<b>54.291.374</b>	<b>181.260.368</b>	<b>175.510.799</b>

Relativamente aos empréstimos obrigacionistas, a decomposição é a seguinte: € 30 M (Explorer) e € 60 M (C2 Capital), cuja maturidade global se divide em: dívida curto prazo € 34 285 714 e dívida de médio longo prazo de € 55 714 286.

Adicionalmente, em 2023 foi celebrado um contrato de € 30 M com a EXPLORER INVESTMENTS – SCR, S.A. sob a forma de obrigações, estando prevista a sua emissão até ao final do primeiro trimestre de 2024.

Relativamente aos Financiamentos bancários a sua decomposição inclui:

- Linhas de Papel Comercial no valor Global de € 56,5 M em PPC, cuja maturidade se divide em curto prazo: € 10 303 513 e em longo prazo € 46.071.429
- Mútuos no valor global de € 25,5 M, dividindo-se a sua maturidade em dívida de curto prazo no valor total de € 8 279 295 e em dívida de médio e longo prazo no valor total de € 17 500 000.

### Garantias:

- Não há qualquer garantia dada por BIAL, exceto as mencionadas na Nota 34.

### Outras condições:

- *Ownership, Pari Passu, Cross-Default e Negative pledge;*
- Constituem condições de denúncia de contratos de financiamento o incumprimento das condições contratualmente definidas banco a banco.

A empresa possui, negociados com diversas instituições financeiras, descobertos bancários no montante de € 28,9 M e € 38,8M em linhas de papel comercial não utilizados.

## 18. Fornecedores de investimentos

Fornecedores correntes – corresponde, maioritariamente, a fornecedores de matérias-primas e prestadores de serviços de I&D.

## 19. Provisões e Imparidades

	Saldo inicial	Aumento (nota 25)	Atualização cambial	Reversão (nota 25)	Saldo final
Provisões devoluções de clientes - Espanha	450 315	1 721			452 036
Provisões devolução de clientes - Portugal	228 070	312 710		0	540 780
Provisão para compromissos assumidos - BIA 5	322 269		0	322 269	0
Outras Provisões - Portugal	0	1 248 378			1 248 378
<b>Subtotal</b>	<b>1 000 654</b>	<b>1 562 809</b>	<b>0</b>	<b>322 269</b>	<b>2 241 194</b>
Imparidade inventários - Portugal	908 621	2 300 000 <sup>1)</sup>		0	3 208 621
Imparidade inventários - Espanha	127 943	344 509			472 452
<b>Subtotal</b>	<b>1 036 563</b>	<b>2 644 509</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3 681 072</b>
Imparidade clientes - Portugal	639 810	9 342 649 <sup>2)</sup>		237 482	9 744 977
Imparidade outros devedores - Portugal	34 108	0		0	34 108
Imparidade clientes - Itália	0	5 393			5 393
Imparidade clientes - Moçambique	104 258	123 720	-5 322		222 657
Imparidade clientes - Angola	336 663	0	-139 133		197 530
<b>Subtotal</b>	<b>1 114 839</b>	<b>9 471 762</b>	<b>-144 454</b>	<b>237 482</b>	<b>10 204 664</b>
<b>Total</b>	<b>3 152 056</b>	<b>13 679 080</b>	<b>-144 454</b>	<b>559 751</b>	<b>16 126 931</b>

<sup>1)</sup> Numa ótica de prudência foi registada em 2023 uma perda de imparidade no montante de 2,3M€, para o valor de acetato de eslicarbazepina do fornecedor Siegfried, cujo processo de registo foi entregue em 2023 à Agência Europeia do Medicamento, estando pendente de aprovação.

<sup>2)</sup> Inclui € 8,6M relativos ao valor faturado à Neurocrine - ver nota 35. Na apresentação da demonstração de resultados foi efetuada a compensação da imparidade com o respetivo proveito.

**20. Vendas e serviços prestados**

A atividade consolidada do Grupo BIAL foi repartida pelas seguintes áreas geográficas:

MERCADOS:	2023		2022	
	VENDAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	VENDAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Espanha	80.388.501	0	79.255.813	0
Estados Unidos e Canadá	75.919.874	11.598.775	56.489.440	0
Portugal	68.509.075	17.742.351	70.602.369	14.155.859
Alemanha	18.681.229	0	14.626.715	0
Itália	13.483.771	0	12.276.156	0
Externo (Resto da Europa)	7.809.081	20.188	5.526.073	1.680
França	7.753.787	2.725	7.676.133	2.709
Moçambique	7.262.921	257.229	6.926.630	193.143
Externo (Resto do Mundo)	6.873.500	535.802	8.917.608	0
Costa do Marfim	5.882.488	0	6.382.679	0
Angola	4.129.910	0	2.916.964	0
Reino Unido	3.446.993	163.651	3.126.016	19.946
Coreia do Sul	2.727.776	0	0	0
Japão	2.340.087	0	15.570.165	1.457
Suíça	1.830.107	0	1.603.731	0
Coreia do Sul	270	0	2.967.653	627
<b>TOTAL</b>	<b>307.039.369</b>	<b>30.320.722</b>	<b>294.864.146</b>	<b>14.375.421</b>

As prestações de serviços no mercado interno referem-se, essencialmente, à promoção de medicamentos comercializados por outras empresas.

**21. Subsídios à exploração**

Até 2022, incluía a comparticipação para despesas realizadas no âmbito do Portugal 2020 – projetos de investigação e desenvolvimento em novos medicamentos.

Em 2023 não existe nenhum projeto aprovado.

**22. Demonstração do custo das mercadorias e das matérias consumidas**

MOVIMENTOS	MAT. PRIMAS, SUBSID. E DE CONSUMO	MERCADORIAS	TOTAL	2022
Existências iniciais	88.430.509	13.988.662	102.419.171	94.659.052
Compras	41.794.674	63.607.794	105.402.468	92.988.118
Regularização existências	178.349	-1.591.558	-1.413.210	-1.986.566
Existências finais	96.126.149	15.497.128	111.623.277	102.291.228
<b>Custos no exercício</b>	<b>34.277.382</b>	<b>60.507.770</b>	<b>94.785.151</b>	<b>83.369.375</b>

**23. Fornecimentos e serviços externos**

	2023	2022
Trabalhos especializados I&D (ver nota 31)	37.113.827	42.774.637
Publicidade e propaganda	17.000.635	18.460.873
Trabalhos especializados	7.900.986	5.113.033
Honorários	4.727.808	15.267.400
Rendas e alugueres	4.484.188	5.330.126
Bases de dados	3.039.531	2.641.798
Deslocações e estadas	2.947.321	2.405.676
Combustíveis	1.839.166	2.245.924
Conservação e reparação	1.385.908	1.282.452
Formação médica	1.009.780	1.096.463
Transportes de mercadorias	1.004.679	1.336.362
Comissões	964.621	851.012
Subcontratos	955.570	1.852.934
Seguros	752.244	834.950
Eletricidade	600.900	1.022.058
Outros	1.891.647	3.099.921
<b>TOTAL</b>	<b>87.618.810</b>	<b>105.615.619</b>

O valor de trabalhos especializados resulta essencialmente das atividades de I&D.

**24. Gastos com pessoal**

	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais	2 647 430	2 397 008
Remunerações do pessoal	52 092 766	54 047 053
Encargos sociais	10 653 550	11 548 276
Indemnizações	2 330 130	4 402 373
Outros gastos com pessoal	2 377 289	2 469 800
<b>TOTAL</b>	<b>70 101 165</b>	<b>74 864 511</b>

O número de empregados, a 31.12.2023, das empresas incluídas no perímetro de consolidação é de 782 (2022: 823), repartidos da seguinte forma:

EMPRESA	EMPREGADOS
BIAL Holding, SA	3
BIAL - Portela & C <sup>a</sup> , S.A.	391
MediBIAL, S.A.	37
InterBIAL, S.A.	25
BIALport, S.A.	33
BIAL Consumer Health, S.A.	3
BIAL R&D Investments, S.A.	4
Laboratórios BIAL, S.A. (Espanha)	135
BIAL Deutschland GmbH	45
BIAL Pharma UK Limited	19
BIAL Itália, S.R.L	27
Novipharma, S.A. (Suíça)	3
BIAL, S.A. (Suíça)	6
Medimport, Lda (Moçambique)	36
BIAL América Latina, S.A.	2
BIAL Angola, S.A.	11
BIAL - Biotech Investments Inc	2
<b>TOTAL</b>	<b>782</b>

**25. Imparidades, reduções de justo valor, provisões e reversões**

	2023	2022
Imparidade clientes Portugal	707 882	89 468
Imparidade inventários Portugal	2 300 000	7 604
Imparidade inventários Espanha	344 509	0
Imparidade clientes Itália	5 393	0
Imparidade clientes Moçambique	123 720	23 803
<b>Perdas por imparidade</b>	<b>3 481 504</b>	<b>120 876</b>
Reversão/(Imparidade) para patentes Portugal	6 922	16 099
Reversão/(Imparidade) ativo intangível (nota 12)	2 902 505	2 275 268
Reversão/(Imparidade) ativo intangível (nota 12)	-1 086 354	-1 431 499
Imparidade ativo intangível - BIA5 (nota 12)	0	502 688
<b>Reversão/(Imparidade) de ativos depreciáveis/amortizáveis</b>	<b>1 823 073</b>	<b>1 362 556</b>
Reversão de imparidade inventários Portugal	0	50 728
Reversão da provisão devolução de clientes Portugal	0	73 784
Reversão de imparidade inventários Espanha	0	279 953
Reversão de imparidade de clientes Portugal	237 482	36 518
Reversão da provisão para compromissos assumidos - BIA 5	322 269	0
<b>Reversões</b>	<b>559 751</b>	<b>440 984</b>
Provisão devolução de clientes Portugal	312 710	52 324
Provisão devolução de clientes Espanha	1 721	0
Provisões Portugal 3)	1 248 378	0
<b>Provisões</b>	<b>1 562 809</b>	<b>52 324</b>

3) Incluí € 0,7 M para custos legais associados ao processo mencionado na nota 35.

**26. Outros rendimentos**

	2023	2022
Diferenças de câmbio favoráveis	5.059.596	4.392.926
Imputação de subsídios para investimentos	3.660.222	3.457.101
Rendimentos suplementares	258.242	448.708
Correções relativas a exerc. Ant.	107.803	2.351.021
Descontos p.p. obtidos	33.325	13.288
Alienações	23.045	3.180.706
Excesso da estimativa /Recuperação de Impostos	1.208	109.880
Outros	3.283.320	344.451
<b>Total</b>	<b>12.426.760</b>	<b>14.298.082</b>

Os ganhos cambiais ascenderam a € 5,1 M (2022: € 4,4 M), estando concentradas em 4 empresas do Grupo – BIAL R&D (€ 0,6 M; 2022: € 0,3 M); Medimport (€ 0,2 M; 2022: € 0,7 M), BIAL Portela (€ 2,4 M; 2022: € 1,1 M) e Novipharma (€ 1,0 M; 2022: € 1,4 M).

Os subsídios para investimentos referem-se à comparticipação para despesas realizadas no âmbito de projetos de investigação e desenvolvimento em novos medicamentos, considerando a respetiva imputação proporcional à amortização dos investimentos subsidiados.

Em 2022, considerou-se que os adiantamentos efetuados à Patheon Austria não serão recuperados via cash (serão recuperados com fornecimentos de matéria-prima). Por esse motivo, este item tem uma natureza não-monetária, isto é, deve ser registado ao custo histórico. O efeito na linha de correções de exercícios anteriores, no ano de 2022, deve-se à anulação das atualizações cambiais do ativo.

Em Outros, verifica-se a reversão de um acréscimo de gasto, no valor de € 2,5 M, de contribuições para a Indústria Farmacêutica, em BIAL Espanha.

**27. Outros gastos**

	2023	2022
Impostos	5.979.224	5.211.265
Diferenças cambiais	5.232.190	3.748.093
Donativos	4.574.842	2.157.408
Perdas em inventários	2.174.457	776.669
Despesas de propriedade industrial	1.477.334	1.865.689
Correções relativas a exercícios anteriores	492.434	191.586
Multas e penalidades	424.379	5.637
Descontos de p.p. concedidos	372.145	439.571
Quotizações	252.455	252.847
Ofertas e amostras de inventários	146.054	72.224
Insuficiência de estimativa para impostos	90.318	78.992
Gastos e perdas em investimentos não financ.	74.741	485.552
Gastos com desenvolvimento de mat. Prima	0	2.309.045
Término do contrato de fornecimento API	0	2.283.458
Gastos BIA 5	0	170.534
Outros	1.189.264	928.684
	<b>22.479.837</b>	<b>20.977.255</b>

Os impostos são maioritariamente constituídos pelas contribuições para a Indústria farmacêutica em Portugal (€ 4,7 M; 2022: € 3,1 M) e em Espanha (€ 1,5 M; 2022: € 1,6 M).

As “Perdas em inventários” dizem respeito a destruição de produto acabado por prazo de validade (devoluções de clientes) e quebras ocorridas durante o processo produtivo.

As perdas cambiais ascenderam a € 5,2 M, estando concentradas em 3 empresas do Grupo - Novipharma (€ 1,3 M; 2022: € 1,0 M), BIAL Portela (€ 2,6 M; 2022: € 1,8 M) e Medimport (€ 0,4 M; 2022: € 0,1 M).

As correções relativas a períodos anteriores referem-se a acertos ao FCT em 2023, ano em que as contribuições para este fundo terminaram, conforme referido no ponto 7, a).

Na rubrica “Outros” encontra-se registado € 1,1M relativo a uma correção de um subsídio à exploração recebido em exercícios anteriores por, em fase de avaliação final, se terem verificado que foram submetidas despesas não elegíveis.

## 28. Juros e rendimentos/gastos similares

	2023	2022
<b>Juros e gastos similares suportados:</b>		
Juros suportados	6.096.471	3.862.454
Outros custos e perdas financeiros	1.202.960	1.007.582
	7.299.430	4.870.035
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-6.772.229</b>	<b>-4.244.663</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos:</b>		
Juros obtidos	442.374	592.906
Outros rendimentos similares	84.827	32.466
	<b>527.201</b>	<b>625.372</b>

## 29. Crédito fiscal à investigação e desenvolvimento

- Crédito fiscal de 2014 de investigação e desenvolvimento	3 393 846
- Crédito fiscal de 2015 de investigação e desenvolvimento	8 557 599
- Crédito fiscal de 2016 de investigação e desenvolvimento	7 957 819
- Crédito fiscal de 2017 de investigação e desenvolvimento	7 361 819
- Crédito fiscal de 2018 de investigação e desenvolvimento	9 484 841
- Crédito fiscal de 2019 de investigação e desenvolvimento	6 853 788
- Crédito fiscal de 2020 de investigação e desenvolvimento	5 441 454
- Crédito fiscal de 2021 de investigação e desenvolvimento	7 750 749
- Crédito fiscal de 2022 de investigação e desenvolvimento	4 889 333
- Crédito fiscal de 2023 de investigação e desenvolvimento	4 619 768
<b>Saldo a Transitar</b>	<b>66 311 017</b>

Nota: Os créditos fiscais de 2023 e 2022 estão pendentes de aprovação pela Comissão Certificadora para os Incentivos Fiscais à I&D Empresarial.

## 30. Investimentos em Investigação e Desenvolvimento

	2023	2022
Projetos de I&D (ativo intangível)	127.588	326.098
Capitalização BIA28 - milestone	9.348.415	0
Ativo tangível	98.811	721.750
Gastos com pessoal	10.914.337	17.205.201
Fornecimentos e serviços diretamente relacionados com atividades de I&D	37.113.827	42.774.637
Outros Gastos	0	170.534
<b>Investimento total</b>	<b>57.602.978</b>	<b>61.198.220</b>

A empresa registou, adicionalmente, os seguintes gastos e rendimentos relativos à atividade de investigação e desenvolvimento:

	2023	2022
Amortizações	21.717.478	21.606.343
Imparidade / (Reversão) – BIA2	-2.275.268	-2.275.268
Imparidade / (Reversão) – BIA5	-502.688	-502.688
Imparidade / (Reversão) – BIA 12, BIA19 e BIA 25	-124.549	548.516
Provisão para compromissos assumidos - BIA 5	386.354	0
Prestação de serviços (milestones)	-12.048.775	0
<b>Total</b>	<b>7.152.551</b>	<b>19.376.903</b>

## 31. Locações operacionais

Os contratos de locação operacional em que a empresa é locatária referem-se a viaturas colocadas à disposição de Administradores e colaboradores.

Os contratos não contêm cláusulas de opção de compra.

A empresa tem por política proceder à efetiva substituição das viaturas no fim dos contratos que têm uma duração de 4 anos.

Não há restrições impostas por contratos de locação operacional.

## 32. Risco financeiro

No Grupo BIAL, os principais passivos financeiros são os empréstimos obtidos junto de instituições bancárias e as contas a pagar a fornecedores de matérias-primas e aos laboratórios que prestam os serviços de I&D. Os passivos financeiros são incorridos com a finalidade de financiar as operações do Grupo, nomeadamente o seu fundo de maneo e os investimentos de I&D.

Os ativos financeiros decorrem das operações e são constituídos por contas a receber de clientes e outros devedores e caixa e depósitos de curto prazo.

Os riscos financeiros a que o Grupo BIAL está exposto podem resumir-se em (i) risco de mercado essencialmente relacionado com as alterações da taxa de juro e de câmbio, (ii) risco de crédito e (iii) risco de liquidez.

O principal objetivo do Grupo BIAL é o de reduzir estes riscos a um nível aceitável.

#### Risco de mercado

O risco de mercado é o risco do justo valor dos cash-flows futuros flutuar em função de alterações de mercado.

#### Risco de câmbio

O Grupo está de uma forma crescente mais exposto ao risco cambIAL, dado os mercados em que atua. Para mitigar esse risco, foram implementados mecanismos de cobertura natural e fixação cambIAL, tendo sempre em conta as necessidades de divisas do Grupo.

Para além da utilização da cobertura natural em recebimentos/pagamentos, celebraram-se também contratos *forward* para os valores excedentários, diminuindo assim a exposição a flutuações de câmbio.

Nas contas a receber e nas contas a pagar comerciais, existem saldos expressos em moeda diferente do Euro, tal como a seguir discriminado:

Clientes:

Moeda	Montante
AOA	390.880.944
CHF	1.279.699
MZM	127.143.806
USD	15.124.768

Fornecedores de Investimento:

Moeda	Montante
AUD	3.565
GBP	18.832
JPY	458.569
USD	74.958

Fornecedores:

Moeda	Montante
AUD	21.555
CAD	3.842
CHF	888.876
GBP	867.114
JPY	29.351.160
MZM	37.142.714
SEK	63.000
USD	7.243.205

Outras contas a pagar:

Moeda	Montante
GBP	5.875

#### Risco de crédito

O risco de crédito no Grupo BIAL é o risco dos seus clientes não cumprirem com as suas obrigações.

O controlo deste risco é exercido com base em informação interna e externa recolhida, na qual se define a aprovação do crédito a conceder. A Direção Financeira efetua o controlo dos plafonds estabelecidos e/ou a estabelecer.

O Grupo não tem concentrações de risco de crédito significativas. Tem políticas que asseguram que as vendas são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado.

O Grupo tem políticas que limitam o montante de crédito e efetua contratação de seguro de crédito para os clientes que apresentam risco moderado ou alto.

Apesar de existirem atrasos na liquidação de saldos, tal não significa, com base na informação existente e nos dados históricos de cada cliente, que seja de reconhecer imparidades para além das já registadas. A 31 de dezembro de 2023 não existem indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em clientes não vencidos e para os quais não existe imparidade registada.

#### Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco que uma entidade venha a encontrar dificuldades para satisfazer compromissos associados aos passivos financeiros e compromissos assumidos, e num eventual contexto de crise financeira com restrições maiores ao crédito e tendo em conta a opção estratégica de continuar a executar o plano de I&D ao mesmo ritmo dos últimos anos, BIAL pode ficar exposto a este risco.



Atendendo à atual situação financeira do Grupo e capacidade de geração de *Free Cash Flow* entende-se que este risco se encontra mitigado.

#### Outros riscos operacionais

- Risco regulatório

O mercado farmacêutico é regulamentado pelo Infarmed na sua componente técnica e científica, assim como na área de preços e participações pelo SNS.

Nos últimos anos têm sido várias as alterações legislativas, salientando-se a que respeita à prescrição por designação comum internacional (Lei n.º 11/2012, que estabelece novas regras de prescrição e dispensa de medicamentos, procedendo à sexta alteração ao regime jurídico dos medicamentos de uso humano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto, e à segunda alteração à Lei n.º 14/2000, de 8 de agosto).

Por outro lado, destaca-se a nova metodologia de determinação de preços de venda ao público, base na definição de países de referência.

No caso do limite de validade dos produtos, estes são definidos de acordo com as características de cada medicamento. As devoluções por prazo expirado são residuais, dada a gestão eficaz do circuito de venda, assim como as quebras por prazo expirado antes de comercialização, face à gestão de stocks eficaz adotada por BIAL.

No caso de sinistros é prática da empresa e das suas participadas a contratação de seguros em todas as áreas e pelos valores considerados suficientes.

### 33. Qualidade e Ambiente

Melhorar a saúde das pessoas ao mesmo tempo que asseguramos a proteção do planeta é o nosso objetivo. Trabalhamos com o intuito de reduzir o impacto ambiental da nossa atividade, assegurando a prevenção da poluição como reflexo da nossa Política de Sustentabilidade Ambiental que assenta nos seguintes grandes eixos: Clima, Água, Resíduos e Economia Circular.

BIAL - Portela & Cª, S.A. encontra-se certificada pela norma ISO 14001:2015 (Sistema de Gestão Ambiental), tendo definido objetivos de sustentabilidade ambiental a seguir mencionados:

- Reduzir as emissões gases com efeito estufa;
- Transitar para uma mobilidade mais verde;
- Promover o uso de energias renováveis;
- Minimizar o consumo de água e gerir de forma responsável o efluente gerado;
- Diminuir a produção de resíduos, assim como o impacto destes no ambiente e na saúde;
- Valorizar os resíduos, através da eficiente triagem;

- Incrementar parcerias com vista a uma economia circular.

Em 2023, destacamos as ações desenvolvidas em matéria de economia circular por meio da redução de resíduos. Reduzimos cerca de 9% do volume específico (kg/un) de resíduos face a 2022, resultado da implementação de ações de melhoria dos nossos processos. Os custos de tratamento e encaminhamento de resíduos corresponderam a € 34.819 (2022: € 26.001). Conscientes da responsabilidade ambiental alargada dos nossos produtos, BIAL dispõe de vínculo contratual com a VALORMED, entidade responsável pela recolha de embalagens vazias e medicamentos fora de uso nas Farmácias. De referir que os custos relativos à gestão ambiental com a Valormed são de € 31.416 (2022: € 29.488).

A BIAL assumiu o compromisso com a sustentabilidade, a transição climática é um tópico relevante e que é anualmente revisto e melhorado para ir de encontro das melhores práticas de transição energética e climática eficientes e justas. A estratégia centra-se na redução dos consumos e aumento da eficiência, na inovação tecnológica e digitalização e na descarbonização das fontes de energia. Em 2023 a energia consumida teve origem em fontes renováveis e obteve certificados de Origem. Resultado do investimento na descarbonização em 2023 obtivemos uma intensidade energética por receita líquida de 0.0285kWh/€ o que corresponde a uma redução 18% face a 2022 (0.0347 kWh/€).

A sustentabilidade é, em BIAL, um objetivo estratégico primordial, tendo sido significativa a sua evolução nos últimos anos. À medida que prosseguimos, é fundamental continuarmos a fomentar a inovação e a adaptabilidade, assegurando que as nossas operações não só respeitam, mas também contribuem de forma positiva para o bem-estar do ambiente em que nos inserimos.

## 34. Garantias prestadas

Beneficiário	Tipo de Garantia	Montante
AZIENDA SANITARIA PROVINCIALE TRAPANI	Fornecimento de Medicamentos	1.229,00
AZIENDA SANITARIA PROVINCIALE DI	Fornecimento de Medicamentos	1.228,92
Agenzia Regionale Intercent-ER	Fornecimento de Medicamentos	100.254,00
3166626533000 - AZIENDA SANITARIA UNICA REGIONALE MARCHE	Fornecimento de Medicamentos	9.663,20
A.U.S.L.UMBRIA 1 Via Guerra 21/17	Fornecimento de Medicamentos	37.255,68
A.Li.Sa.	Fornecimento de Medicamentos	60.377,49
A.R.I.C.	Fornecimento de Medicamentos	51.227,80
3090008758000 - S.C.R. PIEMONTE SPA	Fornecimento de Medicamentos	167.093,02
Regione Siciliana - Uff. Speciale	Fornecimento de Medicamentos	129.893,40
SORESA SPA CENTRO DIREZIONALE	Fornecimento de Medicamentos	201.529,94
ASUR MARCHE VIA OBERDAN, 2	Fornecimento de Medicamentos	9.663,19
Regione Lazio e le Aziende	Fornecimento de Medicamentos	66.410,21
Regione Lazio e Aziende Sanitarie	Fornecimento de Medicamentos	227.026,80
ARIC VIA NAPOLI 4 64019 TORTORETO	Fornecimento de Medicamentos	39.454,80
A.R.I.C - Ag. Reg. di Informatica	Fornecimento de Medicamentos	41.506,38
INTERCENT ER	Fornecimento de Medicamentos	9.442,70
CUC FVG ? SOGGETTO AGGREGATORE	Fornecimento de Medicamentos	73.893,26
INNOVAPUGLIA SPA BA	Fornecimento de Medicamentos	20.136,70
REGIONE AUTONOMA DELLA SARDEGNA	Fornecimento de Medicamentos	50.118,95
INTERCERT-ER AGENZIA PER LO	Fornecimento de Medicamentos	9.442,00
AZIENDA SANITARIA PROVINCIALE DI	Fornecimento de Medicamentos	3.104,64
ASP CALTANISSETTA	Fornecimento de Medicamentos	970,2
ASP DI CATANIA	Fornecimento de Medicamentos	498,08
REGIONE SICILIA ASSESSORATO	Fornecimento de Medicamentos	19.660,32
REGIONE LAZIO E AZIENDE SANITARIE	Fornecimento de Medicamentos	1.033,26
AZ. SANITARIA LOCALE DI POTENZA	Fornecimento de Medicamentos	157,59
AZIENDA UNITA? SANITARIA LOCALE	Fornecimento de Medicamentos	2.144,27
INNOVAPUGLIA SPA	Fornecimento de Medicamentos	50.341,74
AZ. REGIONALE PER L?INNOVAZIONE	Fornecimento de Medicamentos	617,2
A.R.I.C - AGENZIA REGIONALE DI IN	Fornecimento de Medicamentos	166,01
InnovaPuglia S.p.A.	Fornecimento de Medicamentos	1.275,20
Agenzia Regionale Intercent-ER	Fornecimento de Medicamentos	12.356,18
INNOVA PUGLIA SPA	Fornecimento de Medicamentos	6.376,00
SO.RE.SA. S.p.A. Societ� Regional	Fornecimento de Medicamentos	2.034,83
A.R.I.C. - Agenzia Regionale di	Fornecimento de Medicamentos	8.352,00
Agenzia Regionale Intercent-ER	Fornecimento de Medicamentos	123.561,77
Asl 2 Savonese	Fornecimento de Medicamentos	4.365,90
BEI	Financiamento Bancário (BEI)	6.000.000,00
BEI	Financiamento Bancário (BEI)	20.000.000,00
BEI	Financiamento Bancário (BEI)	5.000.000,00
IAPMEI - AGÊNCIA COMPETITIVIDADE E INOVA�O, I.P.	COMPETE - Projeto 30028	130.402,34
IAPMEI - AGÊNCIA COMPETITIVIDADE E INOVA�O, I.P.	COMPETE - Projeto 30027	201.237,39

Beneficiário	Tipo de Garantia	Montante
IAPMEI - AGÊNCIA COMPETITIVIDADE E INOVA�O, I.P.	COMPETE - Projeto 30026	75.000,89
MEDIMOC, S.A.R.L	Fornecimento de Medicamentos	-45.382,11
CAMARA MUNICIPAL MAIA	Cau�o de obras públicas	14.963,94
Emprofac - Empresa Nac. Prod. Farma	Fornecimento de Medicamentos	10.273,06
EMPROFAC EMP NAC PROD FARMACEUTICO	Fornecimento de Medicamentos	9.354,58
Emprofac - Empresa Nac. Prod. Farma	Fornecimento de Medicamentos	9.199,25
Fiscal Ior	Fornecimento de serviços	5.864,00
SAMES MINISTRY HEALTH	Fornecimento de Medicamentos	7.303,21
MEDIMOC, S.A.R.L	Fornecimento de Medicamentos	5.192,56
IGIF	Fornecimentos	3.314,98
SERVICO AUTONOMO MEDICAMENTU SAUDE	Fornecimento de Medicamentos	1.542,28
SERVICO AUTONOMO MEDICAMENTU SAUDE	Fornecimento de Medicamentos	821,97
Emprofac - Empresa Nacional Produto	Fornecimento de Medicamentos	11.347,00

## 35. Acontecimentos após a data do balanço

Em 2023 o distribuidor de Ongentys nos EUA (Neurocrine) terminou antecipadamente o acordo de licenciamento, tendo BIAL acionado a cláusula de compras mínimas, que originou um débito de € 8,6 M. A Neurocrine não concordou com o montante faturado e na ausência de acordo entre as partes, o processo seguiu para a via arbitral. A primeira audi o teve lugar em janeiro de 2024 e a decisão final foi conhecida em março de 2024 não tendo sido favorável a BIAL. O Conselho de Administra o, numa lógica de prudência, tinha registado uma imparidade total sobre o valor faturado (ver nota 19).

## 36. Divulga es exigidas por diplomas legais

Não existem opera es não incluídas no Balanço pelo que não *há lugar   divulga o da respetiva* natureza, objetivo comercial, impacto financeiro ou riscos e benefícios.

Trofa, 2024.03.28

## O CONTABILISTA CERTIFICADO

O Conselho de Administra o da empresa-mãe (BIAL Holding, S.A.)

## O CONSELHO DE ADMINISTRA O

ANT NIO HORTA OSÓRIO | **Chairman**

ANT NIO PORTELA | **CEO**

RICHARD PILNIK | **Vogal**

MELANIE LEE | **Vogal**

JOSÉ REDONDO | **Vogal**

MIGUEL PORTELA | **Vogal**

JOERG HOLENZ | **Vogal**

MAXIMILIANO BRICCHI | **Vogal**



Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da Boavista, 36, 3º  
4050-112 Porto  
Portugal

Tel: +351 226 002 015  
Fax: +351 226 000 004  
www.ey.com

## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Bial - Holding, S.A. (o Grupo), que compreendem o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 586.704.631 euros e um total de capital próprio de 314.546.614 euros, incluindo um resultado líquido atribuído aos detentores de capital do Grupo, de 26.007.082 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Bial - Holding, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório Consolidado de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Sociedade Anónima - Capital Social 1.340.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários  
Contribuinte N.º 505 969 263 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - Sede: Av. da República, 90 - 6.º - 1500-206 Lisboa  
A member firm of Ernst & Young Global Limited



Bial - Holding, S.A.  
Certificação Legal das Contas  
31 de dezembro de 2023

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório Consolidado de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

#### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

##### Sobre o Relatório Consolidado de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório Consolidado de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 28 de março de 2024

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:

Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154  
Registado na CMVM com o n.º 20160766



Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da Boavista, 36, 3º  
4050-112 Porto  
Portugal

Tel: +351 226 002 015  
Fax: +351 226 000 004  
www.ey.com

### Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) conjugado com o artigo 508-D n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão Consolidado e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração de Bial - Holding, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos que a definição do perímetro de consolidação e as operações de consolidação efetuadas estão de harmonia com o estabelecido nas normas de consolidação aplicáveis;
- ▶ Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas consolidadas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas consolidadas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados do Grupo no qual a sociedade é a empresa-mãe;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão Consolidado, o Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o Anexo consolidado, satisfazem os requisitos legais aplicáveis;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sobre as contas consolidadas, sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Sociedade Anónima - Capital Social 1.340.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários  
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - Sede: Av. da República, 90 - 6.º - 1600-206 Lisboa  
A member firm of Ernst & Young Global Limited



Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da Boavista, 36, 3º  
4050-112 Porto  
Portugal

Tel: +351 226 002 015  
Fax: +351 226 000 004  
www.ey.com

### Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de Bial - Holding, S.A., nos termos do artigo 420 conjugado com o artigo 508-D n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) O Relatório de Gestão Consolidado do exercício de 2023 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (b) O Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o Anexo Consolidado do exercício de 2023, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Porto, 28 de março de 2024

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:

Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154  
Registado na CMVM com o n.º 20160766

Sociedade Anónima - Capital Social 1.340.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários  
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - Sede: Av. da República, 90 - 6.º - 1600-206 Lisboa  
A member firm of Ernst & Young Global Limited